

Veículo: Rádio Metrópole FM	
Data: 06/05/2020	Programa: Jornal da Bahia no Ar
Assunto: Mário Kertész entrevista o <u>secretário da Fazenda da Bahia, Manoel Vitério</u> .	

Data: 06/05/2020

Hora: 08:02:01

Duração: 00:20:29

Emissora: RÁDIO METRÓPOLE FM

Programa: JORNAL DA BAHIA NO AR

Apresentador(a): MÁRIO KERTÉSZ

Citação Direta: SIM

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Mário Kertész entrevista o **secretário da Fazenda da Bahia, Manoel Vitério**, sobre a situação financeira do Estado, recursos investidos para combater o coronavírus, queda de arrecadação, entre outros assuntos.

Veículo: Metro1	Política
Data: 06/05/2020	



Política

Secretário da Fazenda da Bahia critica Guedes: 'Insiste em reformas, mas momento é outro'

Para Vitório, a atitude do parlamento, em aprovar o Orçamento de Guerra, deve ajudar Estados e municípios



Foto : Reprodução /

Youtube

Por **Alexandre Galvão** no dia 06 de Maio de 2020 · 08:47

Secretário da Fazenda da Bahia, Manoel Vitório criticou hoje (6) a posição do ministro da Economia, Paulo Guedes. De acordo com ele, há uma insistência na agenda de reformas durante a pandemia do novo coronavírus, o que seria um erro.

“Acho incrível quando o governo insiste em reformas. No mundo todo, o momento é outro agora, combater o ciclo de depressão econômica, crescimento das dívidas, todo mundo está fazendo assim, se o PIB cair muito, a dívida cresce de qualquer forma. Muito importante e mais humano é combater com medidas anticíclicas. A crise de 2008 foi importante por isso, os governos injetaram recurso, diziam que ia estourar inflação e não aconteceu”, lembrou, em entrevista a Mário Kertész, na **Rádio MetrÓpole**.

Para Vitório, a atitude do parlamento, em aprovar o Orçamento de Guerra, deve ajudar Estados e municípios. “No mundo e no Brasil se critica muito o parlamento, mas foi justamente o parlamento que puxou a PEC da Guerra, que dá condição aos gestores para combater os efeitos econômicos. Tem um amigo meu sugeriu que Guedes é um grande jogar de basquete numa liga de futebol”, brincou.

Com a crise econômica provocada pela pandemia, o secretário da Fazenda diz que a Bahia deve ter nesse mês uma redução de 35% na sua arrecadação de impostos. Desde o começo da emergência sanitária, o Estado investiu R\$ 474 milhões diretamente no combate à doença, sendo R\$ 307 milhões de recursos próprios. “Tem sido um sacrifício grande, temos colaboração de colegas das demais áreas, numa crise que você tem que priorizar os gastos. Graças a Deus não faltou recurso para a saúde, para a estruturar. Essa crise, quando começo, se falava de repercussão igual à de 2008, depois dizem que é 1929, tem essas especulações. É uma crise que ninguém experimentou, de origem sanitária”, lembrou.

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 05/05/2020	



RUI ENVIA REFORMA DA PREVIDÊNCIA DOS POLICIAIS E BOMBEIROS PARA ALBA



admin 5 Maio, 2020

O governador Rui Costa (PT) encaminhou para a Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) a reforma da Previdência dos policiais militares e bombeiros do estado.

A proposta adequa as regras previdenciárias dos profissionais de segurança baianos às mudanças feitas, no final do ano passado, pela Emenda à Constituição Federal nº 103 e a Lei Federal nº 13.954.

Com isso, a alíquota de contribuição passa para 9,5% com a aprovação da lei e, a partir de janeiro de 2021, será de 10,5%. Atualmente, a alíquota cobrada na Bahia é de 14%.

No entanto, com as mudanças, a contribuição passa a ser cobrada dos militares ativos, inativos e dos pensionistas. Ao mandar o projeto para a Alba, o governador pediu que o texto tramite em regime de urgência. “Particularmente, discordo de encaminhar o projeto nesse momento. Não dá para fazer um debate. A prioridade tem sido votar os projetos relacionados à Covid-19”, criticou o deputado Soldado Prisco (PSC), ao destacar que, em função da pandemia, as sessões da Assembleia têm sido virtuais.

Ao criar o Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM), com regras específicas para esses servidores, o texto estabelece o Fundo de Proteção Social dos Militares (FPSM), para fins de gestão contábil e financeira. Assim os militares ficam excluídos do Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia (Funprev) e do Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia (Baprev). “Os ativos financeiros do Baprev e do Funprev serão utilizados, exclusivamente, para o pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores civis e a seus dependentes”, diz o texto.

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Governo

05/05/2020 14:00

Governo encaminha projeto à Alba para criação do sistema de proteção social de Policiais e Bombeiros Militares

O Governo do Estado encaminhou, nesta terça-feira (5), o Projeto de Lei 23.863/2020 à Assembleia Legislativa, para adequar a legislação estadual à Emenda Constitucional 103 e à Lei 13.954/2019, ambas promulgadas pelo Governo Federal, no ano passado. O PL propõe a criação do Sistema de Proteção Social de Policiais e Bombeiros Militares do Estado. O projeto também prevê a criação de um novo fundo responsável pelo pagamento das aposentadorias e pensões dos segurados das duas corporações.

Com a mudança constitucional e a Lei 13.954, o Governo Federal desvinculou os Policiais e Bombeiros Militares dos regimes previdenciários estaduais.

Portanto, a reforma previdenciária dos policiais militares de todos os Estados já foi determinada pelo Governo Federal e está em vigor desde 17 de dezembro de 2019.

A nova legislação concede aos Policiais e Bombeiros Militares direitos e deveres similares aos das Forças Armadas, no que concerne às regras específicas para inatividade e para a concessão de pensão por morte e as alíquotas de contribuição.

Assim, este novo regramento já está em vigor, mas o Estado precisava adequar sua legislação e regulamentar questões relativas a gestão dos recursos, da folha de pagamento, e criação de um Fundo, além de adotar outras medidas administrativas. Em função dessas necessidades, o Governo elaborou o Projeto de Lei e Encaminhou ao Legislativo baiano.

O PL não prevê qualquer alteração nas regras para concessão de benefícios aos policiais e bombeiros militares, assim também como não propõe modificação nas alíquotas de contribuição. Estas condições passaram a ser regulamentadas por Lei Federal, não podendo sofrer alteração por normas dos Estados. O Projeto vai gerar mudanças apenas na gestão financeira e contábil do novo Sistema, como a criação do Fundo de Proteção Social dos Militares (FPSM), que não terá receitas e despesas computadas como rubricas previdenciárias. As fontes de financiamento serão mantidas pelo pagamento das contribuições dos beneficiários e pelo Tesouro Estadual, em caso de déficit.

O Projeto Lei prevê que a gestão do Sistema de Proteção Social dos Militares e do seu novo fundo fique à cargo da Superintendência de Previdência (Suprev), vinculada à Secretaria da Administração (Saeb), unidade que faz a gestão da Previdência Estadual.

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria.](#)



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

Produção industrial brasileira registra queda histórica de 9,1%

VITOR ABDALA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

A produção industrial brasileira teve queda de 9,1% na passagem de fevereiro para março deste ano. Este foi o maior recuo desde maio de 2018 (-11%) e o pior mês de março desde 2002. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o resultado é reflexo das medidas de isolamento social provocadas pela pandemia de Covid-19.

Na comparação com março de 2019, a queda chegou a 3,8%. A indústria acumula

perdas de 2,4% na média móvel trimestral, 1,7% no ano e 1% em 12 meses.

“Esse impacto da pandemia fica evidenciado quan-

CNI APONTA RETRAÇÃO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Segundo a Confederação Nacional da Indústria, a Sondagem Indústria da Construção ficou em 28,8 pontos em março. Os valores abaixo de 50 são considerados retração

do se compara com o mês de fevereiro, já que a taxa é fortemente negativa e representa a queda mais intensa desde maio de 2018, quando houve a greve dos caminhoneiros. E não apenas pela magnitude da taxa, mas também pelo alargamento por diversas atividades, incluindo todas as quatro categorias econômicas e 23 das 26 atividades pesquisadas”, afirma o pesquisador do IBGE André Macedo.

Na passagem de fevereiro para março, houve quedas na produção em 23 dos 26 ramos industriais pesquisa-



José Patrício / Estúdio Conteúdo / 20.3.2015

A maior retração foi na indústria de automóveis, -28%

dos, com destaque para veículos automotores, rebocques e carrocerias (-28%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (-37,8%), bebidas (-19,4%), couro, artigos para viagem e calçados (-31,5%) e produtos de borracha e de material plástico (-12,5%). Por outro lado, três atividades tiveram alta na produção: impressão e reprodução de gravações (8,4%), perfumaria, sabões, produtos de limpeza e de higiene pessoal (0,7%) e manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (0,3%).

COVID-19 CNC estima queda média de 59,2% nas vendas no país; aqui o percentual é ainda maior, -66,2%

BAHIA É 3º ESTADO COM PREVISÃO DE PERDAS NO VAREJO NO DIA DAS MÃES



Fotos: Felipe Iruatã / Ag. A TARDE

Barra é um dos shoppings que aderiram ao drive-thru

MARJORIE MOURA

Na véspera da reunião do Copom que pode reduzir a taxa Selic para até 3%, como forma de estimular a concessão de crédito, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) divulgou ontem estimativa de que a crise provocada pelo novo coronavírus vai acarretar uma queda histórica média de 59,2% no volume de vendas no varejo no Dia das Mães de 2020 no Brasil. Em termos relativos, três estados do Nordeste deverão registrar as maiores perdas: Ceará (-74,2%), Pernambuco (-73,5%) e Bahia (-66,2%).

Para Guilherme Dietze, economista da Fecomércio-Bahia, "a CNC tem uma metodologia de cálculo diferente, leva em conta todo o mês de maio e não concordamos com a previsão de queda muito grande nos setores de supermercado e de farmácia, porque são bens que as pessoas continuam comprando. Nossa avaliação leva em conta cartões de crédito e as associações de supermercados. Nossa expectativa nos 10 primeiros dias de maio que correspondem ao período de Dia das Mães

é que teremos uma perda de 36% das vendas ou R\$ 500 milhões em relação a 2019. Cinco setores que são sensíveis a esta data: supermercados, farmácias e perfumaria, vestuário, eletroeletrônicos, móveis e decoração".

Dietze disse ainda que a previsão é que redução das vendas no setor de vestuário chegue a 70%. "A Bahia sofre por ter uma renda média mais baixa que outras regiões e um nível de desemprego mais elevado, o que vai dificultar uma retomada, que as pessoas voltem a ter mais renda, tenha um pouco mais de consumo, conforto, segurança, uma poupança maior. Mas todo mundo está no mesmo barco, não tem nenhuma região que esteja diferente do que está acontecendo no resto do país", finalizou.

Alternativas

Mas a busca por alternativas é constante por parte dos centros comerciais e dos lojistas. Um exemplo é o Shopping Paralela, que aderiu ao movimento de oferecer aos seus lojistas e clientes uma operação de drive-thru para retirada dos presentes comprados online das lojas participantes. O horário de fun-



Pandemia provocou o fechamento do comércio na capital e em cidades do interior

cionamento é das 10h às 18h, até domingo, no estacionamento G. Os produtos são entregues no horário agendado. A entrega é feita com o cliente no carro, no horário combinado com o lojista, evitando aglomerações.

Os shoppings da Bahia, Barra, Itaigara, Salvador e Salvador Norte também já aderiram ao drive-thru.

Já a loja Ferreira Costa optou pelo sistema delivery pe-

lo qual o presente pode ser comprado e enviado para a residência pelo site www.ferreiracosta.com, ou o cliente pode fazer o pedido online e retirar na loja.

Leyza Sousa, proprietária da Bem Pet, que funciona no Shopping Barra, explica que o momento é de desafio porque embora o funcionamento das pets seja essencial, o fato de sua loja não ser de rua impõe restrições. "Logo de-

pois da emissão do decreto (municipal), nós estabelecemos uma parceria de delivery. Nós fizemos o trabalho de divulgação com contato com nossos clientes pelo mailing. Mas com o passar do tempo verificamos que precisávamos fazer mais e em parceria com a empresa que fornece o sistema de administração da loja, fizemos um site e estamos vendendo até para São Paulo", disse.

TRAMITAÇÃO Projeto foi publicado na edição de ontem do Diário Oficial do Legislativo baiano

Reforma da Previdência de PMs e bombeiros chega à Assembleia

RODRIGO AGUIAR

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), encaminhou para a Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) a proposta de reforma da Previdência dos policiais militares e bombeiros do estado. O projeto foi publicado na edição de ontem do Diário Oficial do Legislativo baiano.

A proposta adequa as regras previdenciárias dos profissionais de segurança baianos às mudanças feitas, no final do ano passado, pela Emenda à Constituição Federal nº 103 e a Lei Federal nº 13.954. Com isso, a alíquota de contribuição passa para 9,5% com a aprovação da lei e, a partir de janeiro de 2021, será de 10,5%. Atualmente, a alíquota de contribuição cobrada na Bahia é de 14%.

No entanto, com as mu-

danças, a contribuição passa a ser cobrada de militares ativos, inativos e dos pensionistas. Ao mandar o projeto para a Alba, o governador pediu que o texto tramite em regime de urgência.

Particularmente, discurso do encaminhamento do projeto nesse momento. Não dá para fazer um debate. A prioridade tem sido

Alíquota de contribuição passa para 9,5% e, a partir de janeiro de 2021, será de 10,5%

votar projetos relacionados à Covid-19", criticou o deputado Soldado Prisco (PSC), ao destacar que, em função da pandemia, as sessões da Assembleia têm sido virtuais.

No final de janeiro, os deputados estaduais aprovaram, a portas fechadas, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência do funcionalismo público, após invasão de manifestantes ao plenário. Na ocasião, houve confronto entre policiais civis, que protestavam contra o texto, e policiais militares responsáveis pela segurança da Alba. Um manifestante chegou a puxar uma arma durante a invasão do plenário.

Novo fundo

Ao criar o Sistema de Proteção Social dos Militares

(SPSM), com regras específicas para esses servidores, o texto estabelece o Fundo de Proteção Social dos Militares (FPSM), para fins de gestão contábil e financeira.

Assim os militares ficam excluídos do Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia (Funprev) e do Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia (Baprev). "Os ativos financeiros do Baprev e do Funprev serão utilizados, exclusivamente, para o pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores civis e a seus dependentes", diz o texto.

O Sistema de Proteção Social dos policiais militares será gerido, administrado e operacionalizado pela Superintendência de Previdência

(Suprev), órgão da Secretaria da Administração do Estado (Saeb), também responsável pelo Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia (RPPS).

É obrigatório o recenseamento de todos os inativos e pensionistas do SPSM a cada cinco anos, no máximo. "Os segurados e beneficiários que não se recadastrarem, quando lhes for exigido, terão seus benefícios automaticamente suspensos da folha de pagamento, a partir do mês imediatamente subsequente ao do termo final do prazo fixado, e somente terão o pagamento restabelecido, inclusive dos créditos vencidos, após serem prestados os necessários esclarecimentos e informações", diz trecho do projeto.

Veículo: Site A Tarde	Caderno: Economia
Data: 06/05/2020	Página: --

A TARDE

Prefeitura gasta R\$ 145 milhões em combate ao coronavírus e perde 10% de receita em abril

In **SALVADOR**

6 de maio de 2020

Redação Grupo A TARDE



Secretário afirma que prefeitura vive queda expressiva na arrecadação |Foto: Joá Souza | Ag. A TARDE

O secretário da Fazenda de Salvador, Paulo Souto, afirmou nesta quarta-feira, 6, que a prefeitura já empenhou, entre março e abril, R\$ 145 milhões em recursos para investimentos no combate ao coronavírus. Deste valor, já foram pagos efetivamente R\$ 55 milhões, sendo que o restante deve ser quitado ao longo dos próximos meses. Por outro lado, a pandemia tem imposto aos cofres públicos um cenário desfavorável: enquanto as despesas crescem continuamente, as receitas diminuem no mesmo compasso.

De acordo com o titular da Sefaz municipal, entre janeiro e março, a prefeitura havia conseguido economizar R\$ 402 milhões em despesas correntes. No entanto, com o início da crise sanitária, precisou queimar este “colchão” e agora tem visto a proporção entre receitas e gastos se inverter. Só em abril, a arrecadação do município com impostos como IPTU caiu 27% e 10% no caso do ISS.

“Até março, nossas receitas estavam crescendo 6% e nossas despesas cresciam 4%. Até março, a prefeitura estava economizando em despesas correntes R\$ 402 milhões, mas começou a gastar isso em abril e maio. Se nós excluirmos das despesas de prefeitura em abril os 55 milhões concretizados em despesas de abril, as receitas da prefeitura já caíram 10% em abril”, explicou Souto, em entrevista ao Isso é Bahia. Ainda segundo o secretário, as despesas cresceram 8% no mês passado.

“Não há como ter aumento de arrecadação. Na verdade, a realidade é bem mais cruel. Estamos vivendo uma queda expressiva, que pode ser acentuada nos próximos meses”, enfatizou.

Ainda de acordo com ele, exceto saúde, assistência social e mobilidade urbana, todas as outras áreas da prefeitura precisarão reduzir gastos para amortecer os impactos do aumento de despesas com a pandemia. Contratos estão sendo renegociados para que valores sejam revistos.

“O prefeito não tem colocado limite de aumento de gastos para ações essenciais na área da saúde e na área social. Por outro lado, há o esforço do prefeito de reduzir algumas despesas. Todos os outros setores vão ter que gastar menos”, afirmou.

Correio***24h****BAHIA**

China atrasa entrega de 350 respiradores vendidos para Bahia

PELA SEGUNDA VEZ Uma carga de 350 respiradores comprados pelo governo da Bahia para a abertura de leitos de tratamento da covid-19 não chegou ao estado. A informação foi confirmada pelo secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas, em entrevista à TV Bahia ontem. Segundo Vilas-Boas, a carga não foi embarcada na China por conta do feriado do Dia do Trabalhador. É o segundo lote que não é entregue pelo país asiático.

A previsão, agora, é que os 350 respiradores cheguem nas próximas semanas. Antes disso, o governo espera receber uma segunda carga de equipamentos comprados da Inglaterra. Estes devem chegar de sete a dez dias, acredita. A compra em outros locais é uma tentativa de diversificar fornecedores.

“Houve um feriado na China, os fornecedores reprogramaram, isso tem acontecido com regularidade. A gente não consegue ter a execução do prazo firmado originalmente no contrato”, disse o secretário.

O governador Rui Costa também comentou o atraso na entrega. Segundo Rui, a compra não foi cancelada, mas adiada. Apesar disso, ele disse, também à TV Bahia, ter a sensação de haver um ‘leilão por respiradores’: “A sensação que a gente tem é de que parece que tem alguém na linha de produção da fábrica oferecendo muito mais do que a gente pagou para poder passar na frente e pegar esses respiradores, porque os prazos não são cumpridos”.

“ A sensação é que tem alguém na linha de produção da fábrica oferecendo muito mais do que a gente pagou para poder passar na frente

Rui Costa

Governador da Bahia

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 06/05/2020	Página:

Correio*

BAHIA ATRAI R\$ 1,4 BI EM INVESTIMENTOS

BALANÇO O primeiro quadrimestre de 2020 teve crescimento de 146,80% em novos investimentos na Bahia, em comparação ao mesmo período do ano passado. Os empreendimentos, com protocolos assinados com o governo do estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), têm previsão de injetar na

economia R\$ 1,4 bilhão, enquanto no mesmo período de 2019, o volume atraído foi de R\$ 592,3 milhões. As informações constam no Informe de Desenvolvimento Econômico, divulgado ontem. Foram assinados um total de 18 protocolos de intenções, com previsão de geração de 1 mil novos postos de trabalho.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 06/05/2020	Página:

Correio*

24h

ECONOMIA

8

Com pandemia, produção industrial do país tomba 9,1%

CRISE A produção industrial brasileira teve uma queda de 9,1% na passagem de fevereiro para março deste ano. Esse foi o maior recuo desde maio de 2018 (-11%) e o pior mês de março desde 2002. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o resultado é reflexo das medidas de isolamento social provocadas pela pandemia de Covid-19.

Na comparação com março de 2019, a queda chegou a 3,8%. A indústria acumula

perdas de 2,4% na média móvel trimestral, 1,7% no ano e 1% em 12 meses.

“Esse impacto da pandemia fica evidenciado quando se compara com o mês de fevereiro, já que a taxa é fortemente negativa e representa a queda mais intensa desde maio de 2018, quando houve a greve dos caminhoneiros. E não apenas pela magnitude da taxa, mas também pelo alargamento por diversas atividades, incluindo todas as quatro categorias econômicas

23

dos 26 ramos industriais pesquisados registraram queda em março

e 23 das 26 atividades pesquisadas”, afirma o pesquisador do IBGE André Macedo.

Na passagem de fevereiro para março, houve quedas na produção em 23 dos 26 ramos industriais pesquisados, com destaque para veículos automotores, reboques e carrocerias (-28%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (-37,8%), bebidas (-19,4%), couro, artigos para viagem e calçados (-31,5%) e produtos de borracha e de material plástico (-12,5%). Por outro lado, três atividades tiveram alta na produção: impressão e reprodução de gravações (8,4%), perfumaria, sabões, produtos de limpeza e de higiene pessoal (0,7%) e manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (0,3%).

Entre as quatro grandes categorias econômicas da indústria, a principal queda ficou com bens de consumo duráveis (-23,5%). As demais categorias tiveram as seguintes taxas de queda: Os setores de bens de capital (-15,2%), bens de consumo semi e não-duráveis (-12%) e bens intermediários, isto é, insumos industrializados usados no setor produtivo (-3,8%).

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 06/05/2020	Página:

Correio*

FITCH MANTÉM NOTA DE CRÉDITO DO BRASIL

AVALIAÇÃO A agência de classificação de risco Fitch manteve, ontem, a nota de crédito do Brasil em BB-, mas revisou a perspectiva para negativa. Em nota, a agência apontou que a revisão reflete a deterioração das perspectivas econômicas e fiscais do país, e os riscos negativos tanto por conta da incerteza política quanto so-

bre a duração e intensidade da pandemia de coronavírus.

A nota do Brasil está em BB- desde fevereiro de 2018, dias após o governo desistir de votar a reforma da Previdência em razão da intervenção no Rio de Janeiro. Com a nota, o rating do Brasil está 3 degraus abaixo do grau de investimento.

Correio*

VENDAS DO DIA DAS MÃES DEVEM ENCOLHER 59,2%

COMÉRCIO A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) estima que a crise provocada pelo novo coronavírus vai acarretar uma queda histórica do volume de vendas no varejo, no Dia das Mães de 2020. Em comparação com o ano passado, a entidade projeta um encolhimento de 59,2% no faturamento real do setor na data, considerada a segunda mais importante no calendário varejista brasileiro.

Segundo o presidente da CNC, José Roberto Tadros, a projeção de queda para o Dia das Mães por causa da pandemia ficou acima das perdas estimadas para a Páscoa (-31,6%). “O Dia das Mães deste ano ocorrerá em meio ao fechamento de segmentos importantes para a venda de produtos voltados para a data, como vestuário, lojas de eletrodomésticos, móveis e eletroeletrônicos”, disse, em nota.

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO TEM FORTE RETRAÇÃO

SONDAGEM A retração da indústria da construção no mês de março foi a mais rápida e abrupta da série histórica, sendo o período fortemente afetado pela pandemia do novo coronavírus, segundo aponta Sondagem da Construção, divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A pesquisa mostra quedas acentuadas em todos os indicadores: utilização da capacidade operacional, condições financeiras, confiança, expectativas para os próximos seis meses e intenção de investimento.

O índice de evolução do nível de atividade, segundo a Sondagem, ficou em 28,8 pontos em março, o que demonstra uma queda muito intensa e disseminada. O indicador varia de 0 a 100, com linha divisória de 50 pontos, que separa crescimento e queda do nível de atividade.

Correio*

Informais vão receber, a partir de amanhã, 2ª parcela de R\$ 270

SALVADOR A Prefeitura de Salvador começa a pagar, a partir de amanhã, a segunda parcela do benefício Salvador por Todos, no valor de R\$ 270. O auxílio, criado por causa da pandemia do coronavírus, é voltado a trabalhadores informais cadastrados pela gestão municipal até o dia 20 de março.

As seguintes categorias têm direito ao valor: ambulantes, barraqueiros, donos de quiosques, baianas de acarajé, guardadores de carro, recicladores, baleiros, taxistas, mototaxistas e motoristas de aplicativo a partir de 60 anos.

A secretária de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre), Ana Paula Matos, afirmou que mais de 37 mil beneficiários receberam a primeira parcela em abril e tudo ocorreu de forma ordeira e tranquila.

“Estamos seguindo o planejamento da gestão municipal e iniciamos essa semana o pagamento da segunda parcela, tomando todos os cuidados para evitar aglomeração nas agências da Caixa”, disse.



MARCELO CAMARGO/AGENCIA BRASIL

FGTS poderá ser usado como garantia de empréstimo

Caixa tem 30 dias para definir os procedimentos operacionais para viabilizar a operação

FINANÇAS Os trabalhadores que optaram pela modalidade saque-aniversário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) terão acesso a uma nova linha de crédito. O Conselho Curador do FGTS referendou ontem resolução, publicada no dia 27 de abril no Diário Oficial, que regulamenta o crédito.

O empréstimo terá como garantia a parcela anual do saque-aniversário. Pela resolução do Conselho Curador do FGTS, a Caixa tem

30 dias, a partir da data da publicação da resolução, para definir os procedimentos operacionais para viabilizar a operação e os bancos têm mais 30 dias para oferecer o empréstimo.

O saque-aniversário é uma modalidade que permite a retirada de parte do saldo de qualquer conta ativa ou inativa do fundo a cada ano, no mês de aniversário, em troca de não receber parte do que tem direito em caso de demissão sem justa causa. O pagamento é feito conforme cronograma por mês de nascimento.

Segundo o Ministério da Economia, o saque-aniversário deve criar um mercado de até R\$ 100 bilhões em recebíveis de crédito nos próximos quatro anos. Os recebíveis representam os recursos de que os bancos podem se apropriar em caso de inadimplência.

A garantia de receber parte do saldo do Fundo de Garantia em caso de inadimplência reduz os riscos para as instituições financeiras, que podem cobrar taxas mais baixas.

A lei que criou o saque-aniversário no ano passado já previa o uso do dinheiro a ser sacado a cada ano como garantia em operações de crédito. Mas ainda precisava de regulamentação.

Caderno: Tribuna da Bahia	Veículo: Política / Raio Laser
Data: 06/05/2020	Página: 02

Tribuna

Leitos

Para fortalecer o enfrentamento à pandemia da covid-19 na região sudoeste da Bahia, o Governo do Estado, por meio da Secretaria da Saúde (Sesab), contratou 40 leitos do Hospital das Clínicas (HCC), em Vitória da Conquista, para atendimento de pessoas contaminadas. Dois andares da unidade foram fechados para receber exclusivamente pacientes com casos confirmados do novo coronavírus. A estrutura montada dispõe de 20 leitos para internação clínica e 20 leitos de UTI para os pacientes com sintomas mais grave da doença.

Tribuna

Insensibilidade

AGECEF-BA acha que não há nada mais justo do que, neste momento, toda a rede bancária estar à disposição da sociedade para desafogar a Caixa e prestar um serviço mais humano à população. Os bancos são as empresas que mais lucram no país. No ano passado, somente os privados – Bradesco, Itaú e Santander – obtiveram lucro líquido de 68,8 bilhões. Ainda assim, o governo federal não atende à reclamação dos servidores da Caixa.

Não passou

Indignado com a não aprovação do seu projeto que adiava o pagamento de impostos municipais como IPTU e ISS, o vereador de Salvador Edvaldo Brito (PSD) se retirou da sessão online de ontem da Câmara e responsabilizou a bancada governista de ter abandonado os mais necessitados da capital baiana: "Peço licença para sair, até para me recompor da emoção que estou tomado por conta dessa grande decepção, pois não esperava esse posicionamento contra o povo de Salvador de pessoas que foram eleitas justamente para lutar por esses cidadãos", disse.



Edvaldo Brito

Necessitados

Brito disse que o projeto é principalmente para os que estão em dificuldades, sem conseguir o pão de cada dia porque estão impedidos de trabalhar. E concluiu, direcionando seus canhões para o Palácio Thomé de Souza: "Ficou claro que a administração municipal não está preocupada com os menos favorecidos e não enxerga que essa postura poderá ser a sua própria morte, pois como a cidade sobreviverá quando secar a fonte dos impostos, quando todos deixarem de pagar IPTU e ISS?", questionou.

m. O certo é que passa-se são que algumas decisões tros do STF atêm-se mais nalismo do cargo que às i de natureza institucional. omo explicar o fato de e os laços de amizade peditivo, quando em s anteriores, desde o mandato do ex-presidente gos de confiança, desde a) nos ministérios, foram s por pessoas que tinham laços de amizade com o) Executivo. Alguns deles, n cargos importantes jovernos, o que não seria o delegado Alexandre

Suspensão

A Caixa Econômica Federal decidiu suspender por 90 dias as parcelas de créditos consignados concedidos aos servidores públicos municipais ativos e aposentados de Camaçari devido à pandemia do novo coronavírus. A instituição financeira atendeu a pedido feito pelo prefeito Elinaldo Araújo (Democratas), que enviou um ofício direcionado ao superintendente regional da Caixa, Lídio Mota Neto Carneiro, afirmando que a medida é importante para amenizar os efeitos da crise econômica provocada pela pandemia. Com a decisão, estão suspensas as parcelas dos meses de maio, junho e julho.

Servidores

O vereador Odiosvaldo Vigas (PDT) encaminhou requerimentos administrativos para o prefeito ACM Neto e o governador Rui Costa propondo que os servidores públicos do município e do Estado façam testes rápidos e moleculares do Covid-19. Esse atendimento seguiria a programação de cada secretaria, através dos serviços de saúde conveniados pela Secretaria de Administração. Os requerimentos também beneficiam os funcionários terceirizados.

Auxílio

A Prefeitura, através da Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre), começa a pagar, a partir de amanhã, a segunda parcela do benefício Salvador por Todos, no valor de R\$270. O auxílio, criado por causa da pandemia do coronavírus, é voltado a trabalhadores informais cadastrados pela gestão municipal até o dia 20 de março. As seguintes categorias têm direito ao valor: ambulantes, barraqueiros, donos de quiosques, baianas de acarajé, guardadores de carro, recicladores, baleiros, taxistas, mototaxistas e motoristas de aplicativo a partir de 60 anos.

Tribuna



LEANDRO MAZZINI

REMÉDIOS

● Surgiu o primeiro bilhão no mercado de saúde nessa pandemia do coronavírus no Brasil. O setor de farmácias faturou perto de R\$ 1 bilhão a mais no mês de março, em relação a fevereiro deste ano, conforme dados passados à **Coluna** pela Associação Brasileira de Farmácias e Drogarias, que reúne 44 redes, 8 mil pontos e domina 70% do mercado nacional. O faturamento das associadas da Abrafarma foi de R\$ 5,32 bilhões mês passado, frente a R\$ 4,42 bilhões em fevereiro e R\$ 4,57 bilhões em Janeiro deste ano. O faturamento de março foi de 22,05% a mais em relação ao mesmo mês de 2019.

Subindo

● As associadas da rede faturaram R\$ 53,4 bilhões em 2019 – alta de 11,14% em relação a 2018 (R\$ 48,1 bilhões). Este ano, ao que tudo indica, o montante passará de R\$ 60 bi.

Seu título

● Termina amanhã o prazo do cadastro eleitoral para o cidadão regularizar sua situação, caso queira votar para prefeito e vereador este ano. Há um *app*, o *Titulo Net*, que ajuda.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 06/05/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 06 de Maio de 2020 - 08:24

Receita de Salvador cai 10% em abril; arrecadação com IPTU tem queda de 27%

por **Lucas Arraz**

Em meio a pandemia de coronavírus e as medidas isolamento social, a arrecadação da prefeitura de Salvador caiu 10% no mês de abril. As maiores quedas foram observadas na arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) - 10%- e do IPTU, que registrou queda de 27% no último mês.

Os percentuais, sem os valores, foram divulgados pelo secretário da Fazenda de Salvador, o ex-governador Paulo Souto (DEM), em entrevista ao programa Isso é Bahia, do Bahia Notícias e A Tarde FM (103.9), nesta quarta-feira (6). Habitualmente, a gestão do prefeito ACM Neto já dispensa cerca de 250 mil famílias do pagamento do IPTU.

“Se a gente excluir os R\$ 50 milhões transferidos do Sistema Único de Saúde (SUS) para a prefeitura, as receitas da prefeitura caíram em 10%”, falou Souto.

Apesar das quedas de arrecadação, Souto reafirmou o compromisso da gestão de respeitar o pagamento para prestadores de serviço e servidores. “A gestão tem utilizado a poupança de R\$ 404 milhões que tinha. Estamos negociando contratos. É uma consequência de dificuldade extrema para cumprir compromissos básicos”, completou.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 05/05/2020	Caderno: Notícias



Terça, 05 de Maio de 2020 - 23:00

Câmara aprova texto-base de socorro aos estados com reajuste para a PF

por **Danielle Brant e Thiago Resende** | Folhapress

A Câmara aprovou nesta terça (5) o texto-base do pacote de socorro financeiro aos estados e municípios na crise do coronavírus, estimado em cerca de R\$ 125 bilhões, sendo R\$ 60 bilhões de repasse direto para o caixa de governadores e prefeitos.

O texto foi aprovado por 437 votos a favor e 34 contrários.

O plenário ainda analisava sugestões de mudanças no texto até a conclusão desta edição. Mas, por causa do lobby do funcionalismo público, a proposta, após o aval da Câmara, precisará voltar ao Senado, antes de ir para a sanção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

O texto dos deputados promoveu alterações na contrapartida estabelecida pelo ministro Paulo Guedes (Economia) para que os entes federados recebam o dinheiro.

Com apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e articulação do governo, o projeto resguardou do congelamento de salários categorias da base política de Bolsonaro, como policiais federais.

No plenário, os deputados decidiram que, mesmo diante da crise causada pela Covid-19, será possível conceder aumento de remuneração a servidores da segurança pública, inclusive das Forças Armadas, profissionais da saúde, de limpeza urbana e de assistência social que atuam diretamente no combate à pandemia. Também incluíram policiais legislativos, agentes socioeducativos, técnicos e peritos criminais.

Pela proposta aprovada no Senado, essas categorias teriam que se submeter à regra que suspende reajuste salarial.

O plano de ajuda a governadores e prefeitos na pandemia é um meio-termo entre a versão aprovada pela Câmara em abril e a proposta inicial da equipe econômica.

O time de Guedes chegou a apresentar, em meados de abril, um pacote de socorro de R\$ 77,4 bilhões, com R\$ 40 bilhões de transferência direta.

Mas isso foi considerado tímido pelo Congresso, principalmente diante do projeto articulado por Maia que foi considerado pelo governo como uma pauta-bomba por, segundo o Tesouro Nacional, ter um potencial de gasto público acima de R\$ 200 bilhões.

Por isso, o governo federal teve que ceder e ampliar o valor previsto, inclusive para os repasses diretos, que têm efeito no Orçamento. Mesmo assim, a proposta em votação nesta terça, e que já passou pelo Senado, é mais vantajosa para Guedes.

Governadores e prefeitos pedem ao Palácio do Planalto mais dinheiro para enfrentar a Covid-

19 e para manter a máquina pública funcionando. Com a queda da economia, a receita dos estados e municípios está caindo, e alguns gestores afirmam que logo ficarão sem recursos para pagar salários.

No texto-base, a Câmara fez poucos ajustes na versão do Senado, que foi articulada junto com a equipe econômica. A principal mudança foi a flexibilização da norma que suspende reajustes para o funcionalismo público.

O afrouxamento teve o respaldo de Maia e líderes do centrão --grupo de partidos independentes ao governo e que, juntos, representam fatia expressiva dos deputados.

Bolsonaro tem feito gestos para se aproximar do centrão para ampliar seu apoio no Congresso.

O movimento foi capitaneado pelo líder do governo na Câmara dos Deputados, Major Vitor Hugo (PSL-GO), que, rotineiramente, defende interesses das corporações da segurança pública --o parlamentar já havia feito isso na reforma da Previdência.

O Ministério da Economia, inicialmente, não queria que o Congresso poupasse mais setores do congelamento salarial, com previsão de duração até o fim de 2021. Mas auxiliares de Guedes atuaram para evitar danos maiores e, no fim, apoiaram o formato aprovado pela Câmara.

De acordo com técnicos do Ministério da Economia, a versão aprovada pelos senadores garantiria uma economia de despesas da ordem de R\$ 90 bilhões aos estados e municípios, por causa da vedação ao aumento de gastos obrigatórios, como salários, até o fim de 2021.

Mesmo com o afrouxamento da regra na Câmara, o time de Guedes acredita que a decisão dos deputados terá pouco efeito fiscal. O mais importante, segundo auxiliares do ministro, foi conseguir o apoio da Câmara à proposta do Senado, que prevê um valor fixo a ser repassado aos governos regionais.

Principal ponto em discussão no pacote de socorro, o valor das transferências diretas a governadores e prefeitos ficou em R\$ 60 bilhões, a serem pagos em quatro parcelas que saem direto do caixa do Tesouro e vão para o caixa dos governos regionais.

O governo propõe que R\$ 10 bilhões sejam repassados diretamente para o enfrentamento ao coronavírus --R\$ 7 bilhões aos cofres de estados e do Distrito Federal e R\$ 3 bilhões aos dos municípios.

O texto da Câmara mudou o critério de distribuição dos R\$ 7 bilhões voltados para ações contra o coronavírus nos estados. Inicialmente, o texto previa que 40% desse dinheiro seria transferido conforme taxa de incidência da doença (ou seja, considerando termos per capita).

Com isso, segundo nota elaborada por técnicos da Câmara publicada nesta terça pela coluna Paineis, o Amapá, estado do presidente Davi Alcolumbre (DEM), seria o maior beneficiado.

Em termos per capita, o Amapá receberia R\$ 189 por habitante no projeto da Câmara, enquanto no Senado o valor subiu para R\$ 733. Em São Paulo, do governador João Doria (PSDB), ocorre o contrário: o estado, que receberia R\$ 549 por habitante no texto da Câmara, passou a R\$ 279 na fórmula do Senado.

Proposta do Novo, no entanto, retirou do texto a expressão "taxa de". Agora, será pela quantidade de infectados.

Para completar o repasse, o governo sugere que o montante de R\$ 50 bilhões será distribuído de duas formas, sendo R\$ 30 bilhões distribuídos diretamente aos estados e ao DF e os outros

R\$ 20 bilhões municípios.

A distribuição será feita segundo a regra de proporção, levando em consideração critérios mistos, como as perdas de ICMS e de ISS causadas pela pandemia e o número de habitantes.

Apesar de o governo ter aceitado elevar o valor das transferências diretas para R\$ 60 bilhões, o montante está abaixo da versão do plano de auxílio aprovado pela Câmara.

O pacote de socorro articulado por Maia em abril previa que toda a perda de arrecadação de ICMS e de ISS, em relação ao ano passado, seja compensada. Ele avalia que a queda será de 30% na receita e, portanto, a transferência seria de R\$ 89,6 bilhões.

O governo calcula que, a cada 10% de desfalque nas contas regionais, a União teria que pagar R\$ 28 bilhões aos entes. O custo total poderia passar de R\$ 200 bilhões, de acordo com Ministério da Economia, em caso de forte redução nas receitas de ICMS e ISS.

Essa conta seria paga pelo governo federal, que contestava esse modelo pela falta de previsibilidade da despesa. Por isso, Guedes articulou com os senadores uma quantia fixa.

Apesar de não estarem totalmente satisfeitos com o formato final, governadores pediram a Maia que o projeto seja enviado logo à sanção para que o dinheiro chegue já ao caixa dos estados. Além disso, o governo federal indicou estar aberto a rever o tamanho do socorro caso a situação se agrave nos governos regionais.

O plano de auxílio que avança no Congresso prevê ainda a suspensão dos pagamentos de dívidas de estados e municípios com a União neste ano, além de permitir a renegociação de dívidas com bancos públicos, como Caixa e BNDES, e organismos internacionais.

O projeto também permite a suspensão das dívidas previdenciárias dos estados e municípios com a União, o que deve dar um alívio de R\$ 5,6 bilhões ao caixa dos governos regionais.

Portanto, o impacto do pacote é de aproximadamente R\$ 125,6 bilhões, segundo técnicos do Ministério da Economia.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 05/05/2020	Caderno: Notícias



Terça, 05 de Maio de 2020 - 20:31

TJ-BA autoriza uso do Hotel Malibu para abrigar profissionais infectados pela Covid-19

Em decisão publicada nesta terça-feira (05), o presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), desembargador Lourival Almeida Trindade, autorizou o governo do estado a utilizar as instalações do Hotel Malibu, em Lauro de Freitas, para abrigar profissionais da área de saúde infectados pelo coronavírus.

O contrato entre o estado e o hotel havia sido suspenso, através de uma liminar concedida pelo juiz de direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da comarca de Lauro de Freitas, o que impediu que o local fosse utilizado.

O magistrado entendeu que o isolamento dos profissionais de saúde no hotel não ocasionará danos à população, tampouco aos profissionais que venham a nele se hospedar, já que os mesmos ficarão hospedados em quartos individuais, em isolamento, enquanto perdurar a encubação da doença, sendo vedada, expressamente, a utilização das áreas comuns, em conformidade com o quanto estatuído, na Nota Técnica COE-SAÚDE, nº 35 de 28 de março de 2020.

“A utilização da pré-aludida unidade hoteleira, exclusivamente, com a finalidade acordada, no sobredito instrumento contratual, obedece às recomendações da Organização Mundial de Saúde, que, inclusive, prescreve o isolamento do paciente infectado, quando manifestados, apenas, sintomas leves, orientando, lado outro, seja efetuado o encaminhamento aos hospitais e unidades de saúde, pura e tão-somente, nos casos de maior gravidade”, destacou.

O desembargador mencionou ainda que a atuação judicial, no caso concreto, extrapolaria os limites jurisdicionais, por isso que representa descabida ingerência, na implementação de medida pela Administração Pública estadual, constante do plano estadual de contingências para o enfrentamento da pandemia do COVID-19.

Em defesa do estado da Bahia, o procurador Caio Druso explicou que, se mantida, a liminar ofereceria risco de lesão à saúde pública, contrariando também o princípio da solidariedade. Segundo o procurador, a decisão de primeiro grau “obstrui os mecanismos de limitação ao contágio construídos, de forma orgânica e técnica, pelos órgãos competentes da Administração, através da contratação questionada”, além de “ordenar a suspensão do serviço e não conceder alternativa ao fato que pretende ver consolidado, em lugar de atender ao direito fundamental de todos à saúde”.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 05/05/2020	Caderno: Notícias



Terça, 05 de Maio de 2020 - 20:15

Estado anuncia contratação de 40 leitos de UTI em Vitória da Conquista

por Mari Leal / Bruno Leite

O governo do estado da Bahia anunciou, nesta terça-feira (5), que está negociando a contratação de mais quarenta leitos para o atendimento de pacientes com a Covid-19 em Vitória da Conquista. A informação foi dada pelo secretário estadual de Saúde Fábio Villas Boas, que acompanhou o governador Rui Costa no programa Papo Correria.

De acordo com o gestor, serão dez leitos de UTI [Unidade de Terapia Intensiva] e mais outros trinta de retaguarda, contratados junto ao Instituto Brandão de Reabilitação (Hospital IBR). Além destes, o governo estadual mantém outros vinte leitos de UTI no Hospital das Clínicas, além de outros dez no Hospital Geral de Vitória da Conquista (HGVC).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 05/05/2020	Caderno: Notícias



Terça, 05 de Maio de 2020 - 19:40

Bahia publicará edital para contratação de médicos nesta quarta, diz Rui

por Mari Leal

O governo da Bahia abrirá, nesta quarta-feira (6), um edital para contratação de médicos para atuarem no estado durante a vigência da pandemia do coronavírus. Segundo o governador Rui Costa (PT), a convocatória será publicada nos maiores jornais em circulação no país.

“O edital prevê diversas especialidades, principalmente as de atendimento nas UTIs. Faremos essa primeira chamada. Se não preencher as vagas, vamos chamar outros médicos. Médicos formados no exterior ou médicos estrangeiros formados no Brasil, ou que vivam no Brasil, que queiram trabalhar na Bahia”, disse Rui durante o programa online semanal Papo Correria.

Rui reforçou que o Estado está buscando soluções legais para conseguir aumentar o número de médicos atuantes na Bahia, caso essa primeira chamada não atrair a quantidade de profissionais desejada. “Estamos fazendo essa primeira chamada para cadastro e registro desses profissionais e, ao mesmo tempo, trabalhamos para encontrar soluções legais que permitam a contratação de médicos que se formaram no exterior, mas ainda não estão com toda a documentação necessária para atuar no Brasil, por exemplo”, assegurou.

Veículo: Política Livre	
Data: 06/05/2020	Caderno: Economia



06 de maio de 2020 | 09:22

Não há motivos para Procon ter tabelado preço máximo do gás, diz ANP

ECONOMIA

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) emitiu um parecer contrário à medida tomada pela Fundação Procon-SP, que fixou em R\$ 70 o preço máximo do botijão de gás de cozinha de 13 kg no estado de São Paulo. A agência se posicionou sobre o assunto após pedido da Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor), órgão vinculado ao Ministério da Justiça.

O secretário da Senacon, Luciano Timm, afirmou que o órgão tomou conhecimento do caso por meio de uma reclamação formal feita pelo Sindigás (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo). “Após isso, pedimos pareceres de órgãos como o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e a ANP”, disse.

No parecer, a ANP conclui que a medida tomada pelo Procon representaria riscos de redução da dinâmica competitiva no mercado.

A agência diz que não identificou aumentos abruptos e generalizados nos preços do botijão por causa da pandemia do coronavírus, e que portanto não haveria motivo para o tabelamento de preços.

A ANP afirma ainda que o aumento do número de pessoas cozinhando em suas casas foi o que fez com que os preços subissem.

Na semana passada, o Cade também se posicionou contrário à medida tomada pelo Procon paulista. Na nota técnica enviada para a Senacon, o órgão afirma que a atuação pode causar efeitos indesejados.

Segundo o Cade, a fixação de valores máximos de GLP pode gerar efeitos negativos como a falta de sinalização de preços para consumidor e “geração de ponto focal para revendedores que possuíam preços mais baixos que os indicados pelo Procon SP”.

O órgão chama atenção para o fato de que possa haver desabastecimento eventual nos estabelecimentos que possuíam preços mais altos aos indicados pelo Procon.

“Frise-se também que tal intervenção é destinada exclusivamente à revenda de GLP, sem impacto no debate de preços de outros elos da cadeia, que também podem ter algum tipo de papel na precificação, punindo-se o revendedor, em detrimento de outros agentes que também lucram neste mercado”, segue o documento feito pelo Cade.

O diretor executivo do Procon-SP, Fernando Capez, afirma que se surpreendeu com os posicionamentos do Cade e da ANP. Ele diz que o preço máximo foi estipulado após acordo do órgão com os revendedores do estado.

“Falamos com os revendedores que iríamos uma fiscalização intensa com relação aos preços e eles disseram que poderiam vender a R\$ 70. Eles já nos garantiram que não há risco de desabastecimento. O preço normalizou abaixo de R\$ 70”, afirmou. Timm, da Senacon, afirma que outro problema desse tipo de prática é que Procons de outros estados podem ser pressionados a fazer o mesmo.

“No fundo, uma atitude assim gera pressão nos outros Procons. O Procon de Minas Gerais, por exemplo, disse que as escolas tinham que dar desconto de 29% na mensalidade. Com isso, as populações de outros estados vão em cima dos seus respectivos Procons”, disse ele. Nas refinarias da Petrobras, o preço do gás de cozinha despencou no fim de março e o repasse ainda não foi feito para o consumidor final.

A Petrobras já promoveu quatro cortes no preço do gás de cozinha em 2020 -um de 3% em fevereiro e outro dois, de 5% e 10%, em março-, já em meio aos efeitos da pandemia do coronavírus sobre as cotações do petróleo. No ano, o valor de venda do combustível pelas refinarias da estatal acumula queda de 21%.

Veículo: Política Livre	
Data: 06/05/2020	Caderno: Economia



06 de maio de 2020 | 09:08

Arrecadações do ISS e IPTU sofrem queda em meio à pandemia, revela secretário da Fazenda

SALVADOR

Diante da crise provocada pelo novo coronavírus, as arrecadações do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e do IPTU em Salvador registraram queda de 10% e 27%, respectivamente, no mês de abril.

O secretário da Fazenda da capital baiana, Paulo Souto (DEM), divulgou os percentuais, sem citar valores, durante entrevista ao programa Isso é Bahia, na rádio A Tarde FM, na manhã desta quarta-feira (6).

O ex-governador baiano reafirmou, no entanto, o compromisso da atual gestão em respeitar o pagamento para prestadores de serviço e servidores municipais.

Veículo: Política Livre	
Data: 05/05/2020	Caderno: Economia



05 de maio de 2020 | 20:15

Bahia convoca médicos de todo o Brasil visando reforçar quadro durante a pandemia

BAHIA

O governador Rui Costa respondeu a uma nova série de perguntas feitas pelos internautas sobre o combate ao coronavírus na Bahia, durante a transmissão do Papo Correria, no início da noite desta terça-feira (5). Uma das principais novidades desta edição foi o anúncio da convocação de médicos de todo o Brasil, com situação regularizada, para atuarem em unidades da rede pública de saúde estadual.

Segundo Rui, neste momento, o chamamento só valerá para médicos e será feito por meio de veículos nacionais de imprensa. “Com o nosso apoio, as organizações sociais que administram as unidades de saúde vão divulgar, já nesta quarta-feira [6 de maio], em jornais de todas as partes do país, um convite destinado a médicos que estejam aptos legalmente a virem para a Bahia, com o objetivo de reforçar o exército de profissionais que lutam diretamente na guerra contra a Covid-19, em todo o território baiano. A convocação vale para médicos que já estão aqui e também para aqueles que residem em outro estado”, revelou o governador, explicando, ainda, que “a convocação é exclusiva para médicos porque as outras categorias de profissionais de saúde não registram, até o momento, escassez de profissionais”.

Rui afirmou que o Estado está buscando soluções legais para conseguir aumentar o número de médicos atuantes na Bahia, caso essa primeira chamada não atrair a quantidade de profissionais desejada. “Estamos fazendo essa primeira chamada para cadastro e registro desses profissionais e, ao mesmo tempo, trabalhamos para encontrar soluções legais que permitam a contratação de médicos que se formaram no exterior, mas ainda não estão com toda a documentação necessária para atuar no Brasil, por exemplo”, assegurou.

Acompanhado do titular da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab), Fábio Vilas-Boas, o governador Rui Costa encerrou o programa desta noite lembrando que o Estado está utilizando todos os recursos possíveis para garantir tratamento dos casos mais graves da Covid-19. “Em qualquer cidade da Bahia, utilizaremos os recursos possíveis para dar assistência aos baianos que necessitem de vagas em leitos de Unidade de Terapia Intensiva [UTI], fazendo, inclusive, transferências entre municípios, caso sejam necessárias”, concluiu.

05 de maio de 2020 | 20:00

Veículo: Política Livre	
Data: 05/05/2020	Caderno: Economia



Câmara aprova texto-base de socorro aos estados com reajuste para policiais

BRASIL

A Câmara aprovou nesta terça-feira (5) o texto-base do pacote de socorro financeiro aos estados e municípios na crise do coronavírus, estimado em aproximadamente R\$ 125 bilhões, sendo R\$ 60 bilhões de repasse direto para o caixa de governadores e prefeitos.

O texto-base foi aprovado por 437 votos a favor e 34 contrários.

O plenário ainda precisa analisar sugestões de mudanças no texto. Mas, por causa do lobby do funcionalismo público, a proposta, após o aval da Câmara, precisará voltar ao Senado, antes de ir para a sanção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

O texto dos deputados promoveu alterações na contrapartida estabelecida pelo ministro Paulo Guedes (Economia) para que os entes federados recebam o dinheiro.

Com apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e articulação do governo, o projeto resguardou do congelamento de salários categorias da base política de Bolsonaro, como policiais federais.

No plenário, os deputados decidiram que, mesmo diante da crise causada pela Covid-19, será possível conceder aumento de remuneração a servidores da segurança pública, inclusive das Forças Armadas, profissionais da saúde, de limpeza urbana e de assistência social que atuam diretamente no combate à pandemia. Também incluíram policiais legislativos, agentes socioeducativos, técnicos e peritos criminais.

Pela proposta aprovada no Senado, essas categorias teriam que se submeter à regra que suspende reajuste salarial.

O plano de ajuda a governadores e prefeitos na pandemia é um meio-termo entre a versão aprovada pela Câmara em abril e a proposta inicial da equipe econômica.

O time de Guedes chegou a apresentar, em meados de abril, um pacote de socorro de R\$ 77,4 bilhões, com R\$ 40 bilhões de transferência direta.

Mas isso foi considerado tímido pelo Congresso, principalmente diante do projeto articulado por Maia que foi considerado pelo governo como uma pauta-bomba por, segundo o Tesouro Nacional, ter um potencial de gasto público acima de R\$ 200 bilhões.

Por isso, o governo federal teve que ceder e ampliar o valor previsto, inclusive para os repasses diretos, que têm efeito no Orçamento. Mesmo assim, a proposta em votação nesta terça, e que já passou pelo Senado, é mais vantajosa para Guedes.

Governadores e prefeitos pedem ao Palácio do Planalto mais dinheiro para enfrentar a Covid-19 e para manter a máquina pública funcionando. Com a queda da economia, a receita dos estados e municípios está caindo e alguns gestores dizem que logo ficarão sem recursos para pagar salários.

No texto-base, a Câmara fez poucos ajustes na versão do Senado, que foi articulada junto com a equipe econômica. A principal mudança foi a flexibilização da norma que suspende reajustes para o funcionalismo público.

O afrouxamento teve o respaldo de Maia e líderes do centrão -grupo de partidos independentes ao governo e que, juntos, representam fatia expressiva dos deputados. Bolsonaro tem feito gestos para se aproximar do centrão para ampliar seu apoio no Congresso.

O movimento foi capitaneado pelo líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), que, rotineiramente, defende interesses das corporações da segurança pública –o parlamentar já havia feito isso na reforma da Previdência.

O Ministério da Economia, inicialmente, não queria que o Congresso poupasse mais setores do congelamento salarial, previsto para durar até o fim de 2021. Mas auxiliares de Guedes atuaram para evitar danos maiores e, no fim, apoiaram o formato aprovado pela Câmara.

Segundo técnicos do Ministério da Economia, a versão aprovada pelos senadores garantiria uma economia de despesas da ordem de R\$ 90 bilhões aos estados e municípios, por causa da vedação ao aumento de gastos obrigatórios, como salários, até o fim de 2021.

Mesmo com o afrouxamento da regra na Câmara, o time de Guedes acredita que a decisão dos deputados terá pouco efeito fiscal. O mais importante, segundo auxiliares do ministro, foi conseguir o apoio da Câmara à proposta do Senado, que prevê um valor fixo a ser repassado aos governos regionais.

Principal ponto em discussão no pacote de socorro, o valor das transferências diretas a governadores e prefeitos ficou em R\$ 60 bilhões, a serem pagos em quatro parcelas que saem direto do caixa do Tesouro e vão para o caixa dos governos regionais. O governo propõe que R\$ 10 bilhões sejam repassados diretamente para o enfrentamento ao coronavírus -R\$ 7 bilhões aos cofres de estados e do Distrito Federal e R\$ 3 bilhões aos dos municípios.

Para completar o repasse, o governo sugere que o montante de R\$ 50 bilhões será distribuído de duas formas, sendo R\$ 30 bilhões distribuídos diretamente aos estados e ao DF e os outros R\$ 20 bilhões municípios.

A distribuição será feita segundo a regra de proporção, levando em consideração critérios mistos, como as perdas de ICMS (imposto estadual) e de ISS (municipal) causadas pela pandemia e o número de habitantes. Apesar de o governo ter aceitado elevar o valor das transferências diretas para R\$ 60 bilhões, o montante está abaixo da versão do plano de auxílio aprovado pela Câmara.

O pacote de socorro articulado por Maia em abril previa que toda a perda de arrecadação de ICMS (imposto estadual) e de ISS (municipal), em relação ao ano passado, seja compensada. Ele avalia que a queda será de 30% na receita e, portanto, a transferência seria de R\$ 89,6 bilhões.

O governo calcula que, a cada 10% de desfalque nas contas regionais, a União teria que pagar R\$ 28 bilhões aos entes. O custo total poderia passar de R\$ 200 bilhões, de acordo com Ministério da Economia em caso de forte redução nas receitas de ICMS e ISS.

Essa conta seria paga pelo governo federal, que contestava esse modelo pela falta de previsibilidade da despesa. Por isso, Guedes articulou com os senadores uma quantia fixa.

Apesar de não estarem totalmente satisfeitos com o formato final, governadores pediram a Maia que o projeto seja enviado logo à sanção para que o dinheiro chegue já ao caixa dos estados. Além disso, o governo federal indicou estar aberto a rever o tamanho do socorro caso a situação se agrave nos governos regionais.

O plano de auxílio que avança no Congresso prevê ainda a suspensão dos pagamentos de dívidas de estados e municípios com a União neste ano, além de permitir a renegociação de dívidas com bancos públicos, como Caixa e BNDES, e organismos internacionais. Com as medidas relacionadas a dívidas, o governo calcula que haverá um alívio de cerca de R\$ 60 bilhões, sendo R\$ 10 bilhões referentes a instituições internacionais.

O projeto também permite a suspensão das dívidas previdenciárias dos estados e municípios com a União, o que deve dar um alívio de R\$ 5,6 bilhões ao caixa dos governos regionais. Portanto, o impacto do pacote é de aproximadamente R\$ 125,6 bilhões, segundo técnicos do Ministério da Economia. Como contrapartida ao socorro, o governo propôs uma alteração na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), a fim de que os gestores fiquem impedidos de criar despesas obrigatórias, como conceder reajustes ao funcionalismo público até o final de 2021.

Na avaliação de Felipe Salto, diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão ligado ao Senado, é possível que a União tenha que fazer novos aportes para ajudar estados e municípios, “se não houver uma boa checagem do uso do dinheiro e se a dinâmica da atividade econômica se mostrar pior do que se espera hoje”. Ele avalia que a distribuição de recursos estabelecida pelo Senado e aprovada na Câmara é razoável. Além disso, apesar da contrapartida de congelamento de salários, Salto defende que a regra de compensação deveria ter um limite máximo e que o dinheiro fosse liberado mês a mês, para avaliar a real necessidade do ente.

“Uma trava, estabelecida com base na evolução de impostos federais com base similar à do ICMS e do ISS, por exemplo, o IPI [imposto sobre produtos industrializados], poderia ajudar a restringir valores muito altos eventualmente informados pelos entes” afirmou.

Folhapress

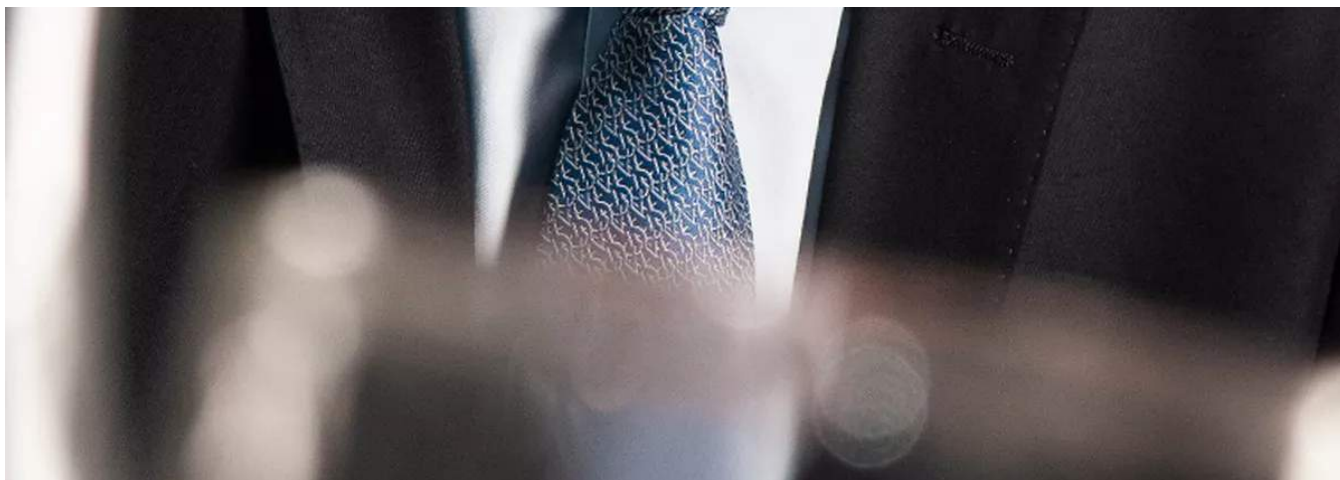
STJ julgará exclusão do ICMS do cálculo do Imposto de Renda

Questão será analisada em recursos repetitivos pautados para a quarta-feira da próxima semana

Por **Joice Bacelo** — De Brasília

06/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





Rafael Pinheiro Lucas Ristow: tese com retorno maior que a do ICMS do PIS/Cofins — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) poderá decidir na próxima quarta-feira se as empresas que estão no regime do lucro presumido podem excluir o ICMS da base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL. Esse tema será julgado pela 1ª Seção em caráter repetitivo. A decisão, então, servirá de orientação para as demais instâncias.

Trata-se de uma das chamadas “teses filhotes” da exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins - julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em março de 2017. Advogados afirmam que para as empresas que estão no lucro presumido - aquelas que faturam até R\$ 78 milhões por ano - o impacto financeiro pode ser até maior.

Isso porque a base do IRPJ e da CSLL é maior do que a do PIS e da Cofins. “Fizemos um estudo que aponta 50% de retorno acima da tese da exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins”, diz Rafael Pinheiro Lucas Ristow, sócio do escritório Bonaccorso, Cavalcante, Oliveira e Ristow Advogados.

Os julgamentos mais recentes no STJ, porém, são favoráveis à Fazenda Nacional. Há ao menos duas decisões da 2ª Turma (REsp nº 1763882 e REsp nº 1760429), que foram proferidas pelos ministros após a decisão do STF e vêm sendo usadas como precedentes pelos Tribunais Regionais Federais.

O entendimento dos ministros é o de que os contribuintes podem optar entre dois regimes de recolhimento do IRPJ e da CSLL: o do lucro presumido e o do lucro real. E ao aderirem ao lucro presumido, segundo eles, as empresas deveriam ter levado em conta que não haveria dedução de tributos.

“Se o contribuinte quiser deduzir os tributos pagos, deverá optar pelo regime de tributação com base no lucro real”, afirmou na ocasião o ministro Herman Benjamin, relator dos dois casos na 2ª Turma.

A maioria das empresas opta pelo regime do lucro presumido, segundo advogados, por ser a forma de tributação simplificada do Imposto de Renda e da CSLL. O recolhimento é sobre a receita bruta, cujo o conceito está previsto no artigo do Decreto-Lei nº 1.598, de 1997.

Já a regra do lucro real é considerada mais complexa. Esse regime é determinado pelo lucro contábil e tem algumas deduções e acréscimos determinados em lei.

O precedente da 2ª Turma não é suficiente, no entanto, para se ter certeza de que a Fazenda Nacional sairá vencedora no julgamento da 1ª Seção. O colegiado é composto por ministros das duas turmas de direito público e não há manifestação ainda da 1ª Turma.

A relatora, ministra Regina Helena Costa, por exemplo, integra a 1ª Turma. “Ela é uma das maiores especialistas na matéria. Tem uma vida acadêmica paralela à magistratura na área tributária e costuma ter uma influência grande nos julgamentos”, diz o advogado Leonardo Andrade, sócio do Velloza Advogados.

O advogado entende haver “uma grande confusão” em torno desse assunto. “Porque o ICMS não pode ser considerado como uma despesa dedutível. Existe uma premissa anterior, já julgada pelo STF, de que o imposto não é receita. Então, se não é receita, não pode fazer parte do cálculo”, afirma.

A ministra Regina Helena Costa incluiu na pauta da 1ª Seção três recursos. Todos eles têm origem no TRF da 4ª Região, no Sul do país - REsp nº 1767631, REsp nº 1772470 e REsp nº 1772634. Será a primeira vez que a Seção fará julgamento por meio de videoconferência.

Advogados afirmam que essa decisão poderá ser definitiva. Acreditam como pouco provável que o tema seja levado ao STF porque o regime do lucro presumido não consta na Constituição. Foi instituído por lei federal. E, se tratando de norma infralegal, quem decide é o STJ.

“Mas há bons argumentos em favor dos contribuintes”, diz o advogado Rafael Pinheiro Lucas Ristow. “Os julgados recentes da 2ª Turma repetem precedentes antigos, anteriores ao julgamento da exclusão do ICMS do PIS e da Cofins. São julgados que ocorreram em uma outra realidade. O STF não fez nenhuma distinção ao lucro presumido. A decisão foi indiscriminada e vale para todo mundo.”

Para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), porém, não tem cabimento a tentativa de exclusão de qualquer despesa, custo, encargo financeiro ou tributo, senão aqueles expressamente previstos na legislação de regência. “Admitir a dedução de despesas não previstas no lucro presumido equivale a criar um terceiro gênero, a meio caminho entre o lucro real e o lucro presumido, ponto que foi bem observado no Resp 1312024”, afirma o procurador Péricles de Sousa.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Isto limpa o açúcar alto do sangue
GC99

LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro
NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

Cansado de anuidade? Confira como ficar livre dela
BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Agora sim pessoas com glicose elevados pode ter uma vida melhor por causa desse tratamento natural.
DBT PRO

LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora
MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

25 Anos após morte de Ayrton, Xuxa decide fazer revelação
DESAFIO MUNDIAL

Demonstrações contábeis e covid-19

Diante da atual crise, será exigido esforço adicional para compreensão das repercussões fiscais diretas e indiretas

Por Eduardo Flores e Diego Miguita

06/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Crise após crise, discute-se o papel da informação contábil em períodos de atipicidade econômica. Não seria diferente no atual momento, e é lugar-comum nas mídias especializadas a discussão dos efeitos da covid-19 nas demonstrações financeiras. Esta também será a abordagem do presente artigo, mas com enfoque ligeiramente distinto: evitar o erro de inverter a ordem dos acontecimentos, bem como sinalizar para a necessária compreensão do papel das informações contábeis e a sua repercussão tributária.

É indiscutível que a pandemia afeta a dinâmica social e, conseqüentemente, a economia, o que se materializará nos relatórios contábeis. Afinal, quer “accounting follows economics”, conforme diria o distinto professor Nelson Carvalho, ou quer “accounting follows society”, como entende o notório professor Sérgio de Ludícibus, fato é que, em tempos atuais, ambas as visões convergem para uma inevitável afetação dos demonstrativos contábeis. E não se trata de um exercício de futurologia ou quiromancia, apenas de lógica formal.

Diante da atual crise, será exigido esforço adicional para compreensão das repercussões fiscais diretas e indiretas

Entretanto, o que desperta a atenção é a insinuação, por alguns, de que a representação das possíveis perdas nos saldos contábeis tenderá a piorar os efeitos da crise, na medida em que a provável baixa de ativos, acréscimo de passivos ou

redução dos resultados, poderia acarretar retração de investimentos ou qualquer outra inibição por parte de investidores e credores. A título exemplificativo, cite-se a expectativa de majoração das perdas esperadas com crédito e liquidação duvidosa (PECLD).

O reconhecimento das expectativas de perdas relacionadas aos ativos financeiros, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48, leva em consideração - além do histórico de perdas incorridas - a avaliação prospectiva de fatores macro e microeconômicos que podem influenciar a capacidade de entrada de fluxos de caixa. Sendo assim, a crise econômica decorrente da covid-19 será capturada nas demonstrações contábeis em razão de as técnicas de mensuração dos ativos financeiros levar em consideração as expectativas de perdas, em um modelo “forward-looking”.

O exemplo da PECLD é relevante porque representa remissão à crise notoriamente conhecida como Crise do Subprime, originada no mercado de hipotecas imobiliárias de alto risco nos Estados Unidos, e que eclodiu globalmente em meados de 2007. Em resumo, por conta da referida crise, os órgãos reguladores deliberaram pelo abandono do registro de perdas efetivamente incorridas (backward-looking), usualmente computadas por inadimplências configuradas, e que acarretavam reflexos contábeis intempestivos para as tomadas de decisões. Assim, ao retratar como estimativas de perdas o reflexo histórico das perdas incorridas, as informações dadas pelas demonstrações contábeis tinham sua utilidade reduzida sob a ótica econômica.

Foi esse contexto que inspirou o desenvolvimento do modelo contábil, atualmente em vigor, orientado pela filosofia do reconhecimento das perdas esperadas, que incorpora projeções futuras influenciadas por fatores de macro e microeconomia à prática da adoção da média de defaults de exercícios passados. Pretendeu-se com essa alteração privilegiar a produção de informação útil e tempestiva que refletisse as circunstâncias econômicas que afetariam a geração de fluxo de caixa da entidade.

Aquilo que agora tem sido indicado como potencial “problema” das demonstrações financeiras foi exatamente a solução encontrada há algum tempo: a incorporação contábil das consequências econômicas decorrentes da diminuição de expectativa de conversão para o caixa das empresas, considerando os efeitos futuros da

inadimplência, inclusive estimada. Nos cenários de crise, a importância do retrovisor é menor que a do para-brisa.

Conquanto compreensível a alteração do ânimo empresarial em função do cenário econômico estabelecido pela pandemia, as críticas voltadas à contabilidade representam, de certo modo, culpar o mensageiro pelo teor da mensagem. Não são corretas, absolutamente, as afirmações de que contabilidade piorará o contexto empresarial se registrar as deteriorações econômicas dos ativos, o incremento dos passivos e a queda nos resultados em função do contexto atual.

Ainda que se reconheça o efeito de retroalimentação que as decisões econômicas possuem sobre os saldos das demonstrações contábeis e que tais indicadores interferem na forma como os recursos são alocados, fato é que não se pode atribuir aos relatórios financeiros responsabilidade por cumprirem o seu papel: produzir informações úteis para tomada de decisão.

Em sentido amplo, a contabilidade pode ser vista como o centro das tensões corporativas, pois os números advindos dos seus relatórios são utilizados para a elaboração e manutenção das relações contratuais das organizações. No contexto atual, é impreterível que os agentes participantes da “cadeia produtiva” da informação contábil (preparadores, auditores, conselhos, reguladores etc) possam equilibrar adequadamente o bom ânimo/ otimismo de alguns gestores com o futuro e a triste realidade econômica do presente.

E onde a tributação corporativa se insere neste contexto? Sabe-se que o IRPJ, a CSLL, o PIS e a Cofins, dentre outros tributos, capturam nas demonstrações financeiras elementos para a sua apuração. Desde que entrou em vigor, as normas internacionais de contabilidade causam estranheza à grande maioria dos advogados tributaristas, que buscam repudiar - acertadamente, na grande maioria das vezes - as repercussões fiscais que possam surgir da sua aplicação.

A legislação tributária federal, mais especificamente a Lei nº 12.973, de 2014, pretendeu disciplinar os efeitos tributários dos padrões internacionais de relatórios financeiros adotados pelo Brasil a partir de 2008, mas é sabido que diversas questões complexas, notadamente de efeitos tributários indiretos, não o foram.

Com isso, diante da atual crise econômica (um cenário atípico) e da necessária aplicação dos normativos contábeis, será exigido esforço adicional para compreensão das repercussões fiscais diretas e indiretas, desde a PECLD, citada como exemplo, como impactos na distribuição de JCP, dividendos, cálculo de créditos de PIS/Cofins sobre ativos reduzidos por teste de impairment, cálculo de preços de transferência por custo de produtos afetados por recálculo de arrendamentos contabilizados.

Nesse aspecto, novamente, não se pode culpar a contabilidade (mensageiro): a nossa legislação tributária sempre foi complexa e a pandemia apenas exigirá novos desafios de interpretação jurídica para os seus reflexos contábeis. Afinal de contas, não se tem notícia de algum sistema tributário ao redor do globo que prescindia da contabilidade para o exercício das suas funções.

Eduardo Flores e Diego Miguita são, respectivamente, professor do Departamento de Contabilidade da FEA/USP, membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), doutor e pós-doutor em Contabilidade pela USP e pós-doutor em Finanças pela EAESP - FGV; e sócio de VBSO Advogados, mestrando em Direito pela USP e fundador do Núcleo de Estudos sobre Práticas em IFRS

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Isto limpa o açúcar alto do sangue

GC99

LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro

NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

Câmara altera socorro aos Estados

Mudança fará com que proposta volte à análise do Senado

Por Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto — De Brasília

06/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Rodrigo Maia: presidente da Câmara entendeu que modificações feitas pelo plenário da Casa configuram mudança de mérito e obrigam retorno ao Senado — Foto: Najara Araújo/Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados quebrou ontem o acordo celebrado com o Senado em relação ao projeto de socorro financeiro a estados e municípios e alterou a proposta,

o que obrigará o texto a passar por uma nova análise dos senadores. O movimento pode atrapalhar os planos do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e dos governadores, de viabilizar a chegada dos recursos ainda na primeira quinzena de maio.

Os deputados aprovaram o texto-base do projeto, por 437 a 34, mas a votação ainda não tinha acabado porque os destaques apresentados para que alterações fossem feitas na proposta ainda eram apreciados até o fechamento da reportagem.

A proposta injeta, de forma direta, R\$ 60 bilhões nas contas de governadores e prefeitos para ajudar na crise econômica e no combate à disseminação da covid-19. O projeto aprovado também inclui possibilidade de renegociações de dívidas e obrigações, o que, no total, resulta em uma ajuda indireta de cerca de R\$ 120 bilhões. O objetivo é minimizar os efeitos da queda de arrecadação de impostos, decorrentes das medidas de combate ao coronavírus, como o fechamento temporário de empresas.

Logo após a aprovação do texto-base, parlamentares aprovaram, por 254 a 235, um destaque do Novo que altera as regras de distribuição dos recursos, o que representa uma derrota para Alcolumbre, que, em seu relatório no Senado, determinou mudanças que beneficiavam o Amapá.

Com a mudança, dos R\$ 7 bilhões que serão destinados para que os Estados invistam obrigatoriamente em saúde, o critério de distribuição de 60% será o tamanho da população e dos outros 40% será a quantidade de infectados. Na versão aprovada pelos senadores, essa última fatia seria determinada pela taxa de incidência da doença em cada Estado, o que dava mais recursos para o Amapá de Alcolumbre.

O presidente do Senado reagiu rapidamente ao ser alertado na sessão sobre a mudança. “Não tenho dúvida que as mudanças na Câmara representam a força das bancada do Sul e do Sudeste e que aqui no Senado, onde aprovamos por quase unanimidade, vamos reestabelecer o texto original”, afirmou.

Inicialmente, a Câmara daria a palavra final sobre o projeto, mas Alcolumbre fez uma manobra legislativa e, ao invés de votar a proposta dos deputados, ignorou

esse texto e votou outro projeto, do senador Antonio Anastasia (PSD-MG). Como o projeto passou a ser o do Senado, são os senadores que darão a última palavra antes de enviar o texto à sanção presidencial.

O relator Pedro Paulo (DEM-RJ) chegou a recomendar a aprovação do texto do Senado com apenas duas emendas de redação, mas, diante das articulações para que novas mudanças fossem feitas, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), decidiu que as mudanças são de mérito e, portanto, exigirão nova votação pelo Senado.

O líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), orientou contra a alteração e foi acompanhando apenas por uma parte do Centrão, com quem o presidente Jair Bolsonaro tenta se aproximar para compor uma base aliada. Por outro lado, não houve aumento dos recursos e o governo só terá que gastar os R\$ 60 bilhões planejados.

Para a liberação dos recursos, os governos locais não poderão reajustar salários de servidores públicos até 31 de dezembro de 2021. O texto prevê que profissionais e servidores civis e militares envolvidos diretamente em atividades de combate ao coronavírus, incluindo policiais legislativos, técnicos e peritos criminais, agentes socioeducativos, limpeza urbana, assistência social e profissionais de saúde estão a salvo das restrições impostas.

O relator ainda antecipou para dezembro deste ano o fim do prazo para a suspensão dos refinanciamentos de dívidas dos municípios com a Previdência Social, além de determinar que a suspensão seja definida por regulamento.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Isto limpa o açúcar alto do sangue

GC99

LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro

NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

Refis “ex-ante” pode ajudar empresas a pagar tributo, propõem especialistas

Com venda de notas de crédito a Fundo de Recuperação Econômica, companhias teriam recursos para saldar impostos e outras obrigações

Por **Ribamar Oliveira** — De Brasília

06/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



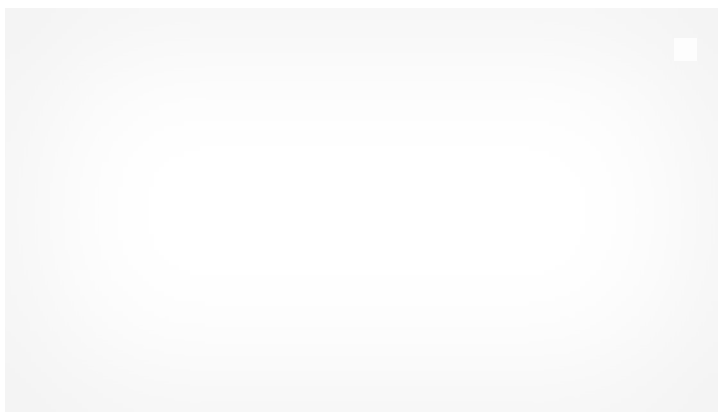
Para Afonso, crédito é essencial para prevenir que o país entre em depressão, com quebra de empresas — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Para evitar que a atual retração da atividade econômica degenerem em quebra de empresas, desestruturação das cadeias produtivas e em inadimplência generalizada, três economistas e um engenheiro e consultor estão propondo um “programa de recuperação econômica”, que garantiria recursos suficientes para as empresas pagarem as suas despesas básicas e os tributos pelo período de quatro meses.

A ideia é criar a Nota de Crédito de Recuperação Econômica (NCRE), que será emitida por cada empresa e comprada por um Fundo de Recuperação Econômica (FRE). Ao vender as notas para o FRE, as empresas receberão recursos para pagar impostos, salários, água, energia, gás, telecomunicações e óleo combustível. O custo da NCRE para a empresa será equivalente à Selic (taxa básica de juros da economia), mais uma taxa de administração. Elas terão carência de oito meses e deverão ser pagas pelas empresas em 36 meses, após a carência.

“As NCRE geram, em parte, crédito imediato para liberar o caixa da empresa para fazer frente a outros custos de produção”, explica o texto da proposta, preparado pelos economistas José Roberto Afonso, Geraldo Biasoto Júnior, Murilo Ferreira Viana e pelo engenheiro e consultor Paulo Vales. “É fundamental assegurar que dificuldades empresariais de liquidez, decorrentes da emergência da atual crise, não se transformem em problemas generalizados de solvência”, observam.

PUBLICIDADE



Promote health. Save lives. Serve the vulnerable. Visit who.int

As notas seriam emitidas para pagamento das próximas quatro folhas salariais das empresas que aderirem ao Programa de Proteção Econômica (PPE), desde que não demitam empregados formais. As empresas terão dinheiro também, observam os autores, para pagar os tributos. A emissão das notas seria limitada a 40% dos gastos declarados em 2019, vinculados aos itens cobertos pelo PPE.

Com isso, argumentam, “os diversos tesouros (federal, distrital, e municipais) receberão recursos monetários que possibilitarão uma sensível redução do nível de inadimplência que qualquer estimativa avalia como gigantesco, para os próximos meses”.

Na prática, o governo federal estará promovendo um Refis “ex-ante”, impedindo a desorganização do sistema tributário nacional, observam os autores. O Refis é um modelo de parcelamento de débitos tributários em condições vantajosas, geralmente com redução de juros e multas. Pela proposta, as empresas receberiam um crédito para pagar os tributos e, posteriormente, pagariam o empréstimo de forma parcelada em 36 meses, com um prazo de carência.

O financiamento de todo o programa será realizado com a moeda que o sistema torna inativa durante a crise. Eles lembram que a redução da renda e da produção resultam em moeda ociosa porque o sistema bancário “empoça” a liquidez, em grande parte por meio de operações compromissadas com o Banco Central.

A proposta prevê que o Tesouro lançará um título para “recolher a moeda que sobra no sistema monetário”. Seria lançada uma série especial, de Guerra, que os autores chamaram de Letras Financeiras do Tesouro - G, com prazos e condições semelhantes às das operações compromissadas. Os recursos captados por meios das LFT-G serão aplicados no Fundo Especial do Tesouro Nacional (FETN). Por meio do FETN, o Tesouro entrega os recursos e recebe cotas do Fundo de Crédito Emergencial (FCE). O FCE, por sua vez, adquire cotas dos Fundo de Recuperação Econômica (FRE), as quais serão compostas pelas notas emitidas pelas empresas participantes do Programa. O texto diz que recursos da conta única do Tesouro no BC também poderiam ser utilizados.

Os bancos públicos e privados seriam os gestores e administradores dos fundos de crédito, mas não assumirão os riscos das operações, que ficarão com o Tesouro. Em entrevista ao **Valor**, José Roberto Afonso afirmou que as medidas de crédito adotadas até agora pelo governo “não estão atingindo os seus objetivos”. Para ele, o crédito é crucial para prevenir que o país entre numa depressão, com quebraadeiras de empresas e desestruturação das cadeias produtivas. “Com o PPE, o crédito chegará às empresas”, disse.

Toffoli barra medidas municipais de combate a pandemia

Para presidente do STF, iniciativas dos prefeitos devem estar em consonância com as diretrizes do seu Estado ou da União

Por Luísa Martins e Isadora Peron — De Brasília

06/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Mesmo depois de o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) ter decidido que prefeitos têm prerrogativa para implementar medidas de combate ao coronavírus no âmbito de suas competências locais, o presidente da Corte, ministro Dias Toffoli, tem barrado algumas iniciativas municipais para conter a pandemia, determinando que sejam seguidas as diretrizes do governo federal.

As decisões anulam decretos que restringiam a circulação de pessoas ou atividades comerciais nos municípios. Em geral, Toffoli argumenta que, apesar da legitimidade das prefeituras para adotar medidas de enfrentamento à covid-19, isso deve ser feito de forma coordenada com as diretrizes do seu Estado ou da União, por meio do Ministério da Saúde ou da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Os pedidos chegam ao STF através de um instrumento chamado Suspensão de Liminar (SL), em que os municípios pedem para que a presidência da Corte derrube medidas cautelares desfavoráveis concedidas pelas instâncias inferiores. Os pleitos, contudo, não vêm sendo atendidos.

O caso mais recente envolve a administração de Santa Cruz do Sul (RS), que buscava proibir o atendimento presencial em lojas de produtos naturais. O presidente do

Supremo também rejeitou pedido da prefeitura de Jundiaí (SP) para restringir o horário de funcionamento dos postos de combustíveis, bem como uma solicitação do município de Niterói (RJ) para fechar as lojas de conveniência enquanto durar a pandemia.

No âmbito da circulação de pessoas, Toffoli revogou a determinação do município de Salinas (MG) para suspender o transporte público coletivo. Além disso, anulou decreto de Umuarama (PR) que havia imposto toque de recolher e outros dois, de São Bernardo do Campo (SP) e Santo André (SP), que haviam restringido o deslocamento de idosos, um dos principais grupos de risco para o coronavírus.

Por unanimidade, o plenário do STF decidiu, no dia 15 de abril, que prefeitos e governadores podem editar normas de isolamento social e quarentena para combater o avanço da pandemia - ou seja, essa não é uma atribuição exclusiva do governo federal, como defendia o presidente Jair Bolsonaro.

Contudo, a tese aprovada pelos ministros do Supremo não prevê uma autonomia ilimitada aos Estados e municípios. Por isso, quando questionada, a assessoria do STF informou que as decisões de Toffoli não são dissonantes da jurisprudência fixada em plenário.

O ministro já vinha adotando esse entendimento desde antes do julgamento, quando defendia que as decisões isoladas dos governos municipais poderiam “desorganizar” o combate à pandemia e até mesmo surtir efeito contrário - argumento que utilizou ao negar pedido da prefeitura de Teresina (PI) para interromper temporariamente as atividades industriais da Ambev.

Já depois da decisão do plenário, os despachos do presidente do STF, independentemente do município ou do decreto questionado, seguem um padrão: o ministro apresenta o caso, aponta medidas adotadas pelos governos estadual ou federal em sentido contrário e diz que o julgamento do plenário não afasta a necessidade de uma atuação entrosada. Por fim, indefere os pedidos das prefeituras.

“Conforme tenho ressaltado, na análise de pedidos referentes aos efeitos da pandemia de covid-19 entre nós e, especialmente, na tentativa de equacionar os

inevitáveis conflitos federativos disso decorrentes, a gravidade da situação vivenciada exige a tomada de medidas coordenadas e voltadas ao bem comum”, escreveu ele, em mais de uma ocasião.

Em relação às medidas que restringem a circulação de pessoas, como o toque de recolher e a limitação de deslocamento de maiores de 60 anos, Toffoli tem argumentado que as regras não encontram amparo em recomendações técnicas expedidas pela Anvisa.

O ministro também destaca que as prefeituras, antes de determinar quais atividades comerciais devem ser consideradas essenciais para continuar funcionando, precisam observar decretos já editados pelo governador do Estado ou pelo presidente da República. “A competência dos municípios para legislar sobre assuntos de interesse local não afasta a incidência das normas estaduais e federais expedidas com base na competência concorrente.”

Somados, os municípios mencionados nesta reportagem registram 1.928 casos confirmados de coronavírus e 132 mortes em decorrência da doença, de acordo com os dados mais recentes das respectivas secretarias de saúde.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Isto limpa o açúcar alto do sangue
GC99

LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro
NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

Agora sim pessoas com glicose elevados pode ter uma vida melhor por causa desse tratamento natural.
DBT PRO

LINK PATROCINADO

25 Anos após morte de Ayrton, Xuxa decide fazer revelação
DESAFIO MUNDIAL

LINK PATROCINADO

Mãe deixa cachorro sozinho com menina alguns segundos e olha no que deu

Indústria despenca em março e deve mostrar queda recorde em abril

Produção caiu 9,1%; para o mês passado, estimativas preliminares apontam recuo de até 20%

Por Ana Conceição e Bruno Villas Bôas — De São Paulo e do Rio

06/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



O impacto da pandemia de covid-19 sobre a indústria brasileira foi muito mais intenso do que o esperado em março. A produção caiu 9,1% na comparação com fevereiro, a terceira maior baixa da série histórica da pesquisa, iniciada em 2002. O setor voltou quase 17 anos no tempo e agora vê a produção no mesmo nível de agosto de 2003. Para abril, as projeções preliminares indicam um tombo que pode chegar a 20% em relação ao mês anterior. Os números reforçam a percepção de que os efeitos da pandemia sobre a economia do país podem ser piores do que os imaginados até então, sugerindo que o primeiro trimestre teve um desempenho ainda mais fraco do que já se projetava.

A magnitude da queda surpreendeu - a mediana das previsões era de recuo de 3,7% - porque as medidas de isolamento social foram adotadas apenas a partir da segunda metade do mês. Assim, analistas acreditam que o pior está por vir no indicador de abril. Para a MCM Consultores, o tombo pode ser de impressionantes 20,7% na comparação com março. A LCA Consultores estima recuo de 19,1%. O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV) prevê retração de 9,8%. Na comparação com o mesmo período do ano passado, o recuo pode chegar a 30%.

Ladeira abaixo

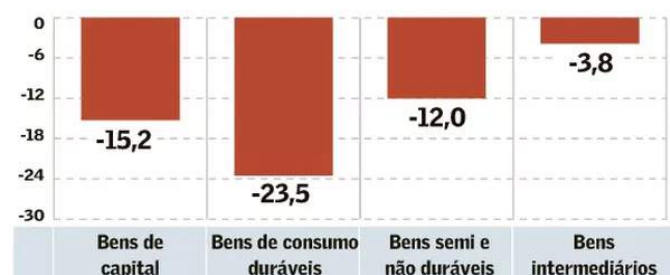
Produção industrial em %*



Fonte: IBGE. * Comparado ao mês anterior com ajuste sazonal

■ Categorias econômicas

Variação da produção em %*



“Com o aprofundamento das férias coletivas e das paralisações por causa do coronavírus, a indústria brasileira deve ter aprofundado sua perda de produção em abril”, diz André Macedo, gerente da pesquisa industrial no IBGE.

Todas são estimativas preliminares, já que quase não há indicadores antecedentes disponíveis para abril neste momento. As projeções se baseiam na queda histórica de 18 pontos percentuais no nível de utilização da capacidade instalada (Nuci), para 57,3% no mês passado, mínima recorde. E o índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) da indústria brasileira, indicador elaborado pela consultoria IHS Markit, recuou de 48,4 em março para 36,0 em abril, também mínima histórica.

“O desempenho da indústria em abril vai redefinir o que se considera um resultado ruim no setor”, afirma o economista Rodrigo Nishida, da LCA Consultores. Um fato que chamou a atenção dele e de outros analistas é que em março as perdas foram generalizadas, alcançando 23 das 26 atividades, com destaque para veículos (-28%), bebidas (-19,4%) e vestuário (-37,8%).

Algo inesperado, uma vez que em parte do mês a produção teria sido normal. Além disso, março teve três dias úteis a mais que em 2019, porque o carnaval caiu em fevereiro. Segmentos como a indústria automobilística - que liderou a queda em março - passaram abril sem produzir praticamente nada. “Tudo leva a crer que a queda será histórica”, afirma Nishida.

Luana Miranda, economista do Ibre-FGV, diz que se esperava um desempenho melhor dos segmentos relacionados a itens de primeira necessidade, como alimentos e bebidas, que compensariam em parte a forte queda que já era esperada em bens de consumo duráveis e semiduráveis, como veículos e vestuário.

Uma explicação possível para a queda generalizada é que o abastecimento de insumos deve ter piorado mais em março, paralisando algumas linhas de produção. A redução também teria a ver com perspectiva de forte queda na demanda à frente. Em relatório, a MCM diz que as perdas ocorreram não como efeito colateral do isolamento social, mas também por decisões de preservar caixa, pela disparada das incertezas e aperto das condições financeiras.

O isolamento social incentivou pontualmente a fabricação de itens de higiene, limpeza e hospitalares - que cresceu 0,7% em março sobre fevereiro - e até caixões. Também subiu a produção de papel higiênico e fraldas descartáveis. Na categoria classificada como “produtos diversos”, o IBGE notou aumento da produção de itens como seringas, luvas, tecidos para proteção, óculos para proteção, e também urnas funerárias.

O colapso da indústria em março aponta para um PIB ainda menor no primeiro trimestre. Os analistas consultados, contudo, preferem esperar para ver o resultado do setor de serviços, que também deve vir muito ruim, e do varejo. O IBGE divulga ambos na próxima semana.

A Parallaxis estima queda de 1,1% no PIB do primeiro trimestre, na comparação com o mesmo período do ano passado, mas vai rever esse número para baixo. Para o ano, a projeção é de baixa de 4,6%. “Os dados já divulgados apontam que esse recuo anual pode estar mais próximo de 5,5%”, diz. A queda do PIB industrial em 2020, estimada em 3%, também será revista.

Leão destaca que a forte retração da indústria em março deve ter repercussão importante no setor de serviços, já bastante abalado pelas medidas de isolamento social que fecharam de cabeleireiros a restaurantes. “Segmentos como o turismo entraram em colapso, a retração mais forte da indústria se junta a esse panorama”.

O Ibre-FGV e a MCM também devem colocar em revisão suas estimativas para o PIB do primeiro trimestre do ano, de queda de 0,7% e recuo de 0,6%, sobre o último trimestre do ano passado, respectivamente. A LCA também prevê queda de 0,7%, por enquanto.

Olhando à frente, a expectativa é de uma recuperação difícil para o setor, que já não caminhava bem antes da pandemia. Na comparação com iguais períodos em 2019, a produção caiu em março pelo quinto mês consecutivo. Diferentemente do momento pós-greve dos caminhoneiros, quando recuou 11% em maio e subiu 12,9% em junho, agora não se espera uma recuperação já no mês seguinte, nem nos próximos. “Vai ser uma recuperação muito difícil, da economia e da indústria. E vai ser lenta, com um desemprego bastante alto, afetando a demanda”, afirma Luana Miranda, do Ibre-FGV.

Falta orçamento para atacar crise, diz Guarany

Secretário afirma que peça “de guerra” em análise no congresso é gargalo para adotar novas medidas

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

06/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Marcelo Guarany: “Já gastamos o cartão e o cheque especial” — Foto: Divulgação

A falta do “orçamento de guerra”, ainda em análise no Congresso Nacional, já se tornou um gargalo para a adoção de medidas de combate à pandemia, disse ao **Valor** o secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guarany. O crédito às microempresas é exemplo de medida que só poderá entrar em vigor se o governo puder emitir dívida para pagar despesas de custeio, como autoriza a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria essa espécie de orçamento paralelo.

As medidas anunciadas até agora têm cobertura orçamentária. Mas esta acabou. “Já gastamos o cartão e o cheque especial”, afirmou. Sem o “orçamento de guerra”, gastos adicionais levariam o governo a descumprir a chamada “regra de ouro”.

A piora nas contas públicas este ano é certa, mas a preocupação da equipe econômica é circunscrever a deterioração 2020. Segundo o secretário, é bastante provável que haja pressões políticas para tornar perenes alguns programas criados durante a pandemia. Esse seria um erro que poderia colocar o crescimento do país em risco, afirmou.

Não há regra alguma que garanta o caráter temporário das medidas. No entanto, a mensagem tem sido repetida pela equipe econômica. “Acabou a crise, volta a vida normal”, disse o secretário.

A eventual preservação de políticas adotadas em resposta à crise dependeria de um novo arranjo fiscal. É um debate para o futuro, acredita. O importante, ressaltou o secretário, é manter uma estrutura sustentável para as contas públicas.

Ele cita como exemplo o auxílio emergencial de R\$ 600. “É necessário, as pessoas precisam comprar comida”, reconheceu. “Mas tem um impacto enorme.” Só a primeira etapa do auxílio custará R\$ 98 bilhões. Esse é o montante das despesas discricionárias de todo o governo. “Não é sustentável. Não tem como fazer mágica.”

Dados divulgados na semana passada indicam que, até o momento, as medidas de combate à pandemia provocarão impacto fiscal de R\$ 349,4 bilhões. O Brasil terá em 2020 o pior resultado fiscal da história. Num cenário de queda de 5,34% do Produto Interno Bruto (PIB), o déficit primário chegará a 8,7% do PIB e o nominal, a 13,8% do PIB. Daí a importância de, passada a crise, retomar o trilho original.

O plano do Ministério da Economia para a retomada da atividade no pós-pandemia “é o mesmo de sempre”, afirmou Guarany. Ele acredita que será necessário acelerar a reforma tributária, as medidas de desregulamentação e a aprovação de marcos legais que favoreçam investimentos privados em infraestrutura.

Essas serão as contribuições do Ministério da Economia para o Pró-Brasil, informou o secretário. O ministro-chefe da Casa Civil, Braga Netto, está coletando sugestões de prioridades para planejar a retomada. Como explicou o próprio ministro, essas prioridades serão depois confrontadas com a disponibilidade de recursos no Orçamento.

Guarany afirmou que será necessário remanejar recursos dentro da peça orçamentária para atender às prioridades do Pró-Brasil. Mas não haverá expansão de gastos. O teto seguirá cumprido com rigor, frisou.

Após um mês de intenso trabalho para formular e anunciar medidas que atenderam à população mais vulnerável, às empresas e aos empregos, o governo foca agora em garantir que as políticas de reação à pandemia tenham efetividade, afirmou Guarany.

No momento, o ponto que demanda aperfeiçoamentos é o crédito. Empresas têm informado ao governo que não conseguem tomar empréstimos, apesar de o Banco Central haver liberado recursos para elevar a liquidez do sistema.

O governo deverá concluir no início da próxima semana a discussão sobre o fortalecimento do Fundo Garantidor de Investimentos (FGI), administrado pelo BNDES. O fundo bancaria parte de eventuais perdas que os bancos sofressem ao emprestar a empresas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Isto limpa o açúcar alto do sangue
GC99

LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro
NOVA SERUM

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PRESIDENTE Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTE Antônio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Araújo Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinícius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Sem saídas mágicas

Emissão de moeda e venda maciça de reservas criam riscos, enquanto há espaço para baixar juro

A pandemia impõe a tarefa de lidar de modo urgente com uma crise de características tão desconhecidas quanto, provavelmente, de dimensão inédita na história documentada. Exige ideias ambiciosas, mas não desmedidas.

A consternação, o medo e a ansiedade, decerto justificados, não podem dar lugar ao pânico e a tentativa de soluções salvadoras, ainda menos quando faltam implementar providências mais imediatas e planejar o futuro.

Nas semanas que correm, ouvem-se ideias tais como a intervenção do Banco Central no financiamento do governo — “imprimir dinheiro” — e o saque maciço das reservas em dólar para reduzir dívidas ou bancar investimentos.

É bem-vindo, claro, o debate de alternativas, mas cumpre qualificá-lo. As opções em pauta dependem de circunstâncias e objetivos.

Pode ser que, em dado momento, o Banco Central venha a comprar títulos de longo prazo do Tesouro Nacional, a fim de reduzir as taxas de juros de vencimento mais distante. Assim talvez se permita reduzir os custos de novos déficits e dívidas. No limite e na prática, o BC acabaria por financiar o Tesouro por meio de emissão de moeda.

Agora, no entanto, mesmo a taxa básica de curto prazo, a Selic, ainda está em ora elevados 3,75% ao ano. A discussão de medidas heróicas do BC não pode ocorrer antes da redução da Selic.

Outra tentação salvadora diz respeito ao uso de reservas interna-

cionais, os ativos em moeda forte sob a guarda do BC. O montante delas caiu de cerca de US\$ 383 bilhões para os presentes US\$ 339 bilhões em um ano, devido a intervenções no mercado por parte da autoridade monetária na tentativa de enfrentar momentos de disparada das cotações do câmbio.

A venda de dólares diminui a dívida bruta do governo, tudo mais constante. Por quase todas as medidas de adequação e nas comparações internacionais, as reservas permanecem em nível alto; o custo de mantê-las, porém, baixou muito. Nos cálculos da Instituição Fiscal Independente, vinculada ao Senado, esse custo (decorrente dos juros dos títulos emitidos para a compra de dólares) chegou a 2,7% do Produto Interno Bruto em 2015, caindo para perto de 0,3% em 2019.

Altíssimo, porém, é o desconhecimento das necessidades financeiras externas do Brasil em um mundo conturbado. O país precisará de mais ou menos divisas próprias a depender do nível de organização macroeconômica que conseguirá manter. Ficar no limite de segurança é imprudente em momento de tamanhos riscos e incertezas.

A hora é de implementar medidas de preservação do possível de empregos e empresas; de repensar com mais realismo e precisão a trajetória da política macroeconômica, de juros e contas públicas, mirando a retomada da atividade.

Esse deve ser o esforço inicial, que começou mal e mal começou a ser realizado com competência.

‘Lockdown’

Maranhão estreia confinamento mais radical, e outros estados pobres começam a seguir exemplo

Com quase todos os leitos estaduais de UTIs para o tratamento de casos de Covid-19 ocupados em São Luís, o Maranhão se tornou, nesta terça (5), o primeiro estado brasileiro a implementar o chamado “lockdown” — ou confinamento.

A medida drástica, um grau acima daquelas de distanciamento social que têm sido adotadas no país, valerá para a capital, além de outros três municípios da região metropolitana, e compõe o rodadações preconizadas pelas autoridades sanitárias quando há risco de colapso do sistema hospitalar.

O fato de ter sido determinada por um tribunal levantou compreensíveis dúvidas sobre a competência do Judiciário para decidir tal questão — embora o bloqueio tenha sido de pronto acatado pelo governador Flávio Dino (PC do B).

Por mais transtornos que gere à população e à economia, o endurecimento das restrições sociais se afigura necessário diante do aumento galopante de mortes no Maranhão, assim como se deu na China e em diversos países europeus.

Estudo elaborado pela Fiocruz mostrou que o estado é o que apresenta hoje o maior ritmo de crescimento de mortes em decorrência da Covid-19. Lá, a quantidade de óbitos vem dobrando em média a cada cinco dias. Em situação também gravíssima se encontram Pará, Ceará e Pernambuco.

Com taxa de ocupação de suas UTIs acima de 90%, essas unidades da Federação se veem diante do risco de não terem, em breve, leitos disponíveis para tratar os casos mais graves. Não à toa, medidas restritivas foram endurecidas em capitais e municípios paraenses e, em menor grau, cearenses.

Tais medidas deveriam vir acompanhadas de um esforço de teste em grande escala da população, para o qual, com recursos adequa-



Fila única?

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO Com hospitais públicos lotados, e os privados com vagas ociosas, devemos adotar uma fila única para leitos de UTI? A igualdade de acesso a ventiladores apela a nosso senso de justiça. Constituiu um argumento poderoso em favor da fila única, mas talvez ele seja forte demais.

Eu me explico. Há décadas vemos todos os dias pacientes do sistema público morrendo — de câncer, doenças cardíacas e até de infecções em tese fáceis de tratar — por falta de vagas para atendimento, enquanto elas sobram na rede privada. A menos que enxerguemos na Covid-19 uma particularidade metafísica que não exista nas outras moléstias, é difícil sustentar que a regra de acesso igualitário deva valer só durante uma epidemia e não sempre.

Quem abraça o argumento de que estar pronto a aceitar suas consequências lógicas, que são as de que precisamos investir num sistema público universal de saúde (até aí quase todos chegaram) e proibir qualquer tipo de medicina privada que permita acesso diferenciado (o

que nenhum país democrático faz).

Meu ponto é que qualquer um que não seja um socialista à antiga admite algum desequilíbrio. O que precisamos discutir é em que grau o toleraremos. Não há dúvida de que devemos otimizar a utilização dos recursos disponíveis, não só durante a epidemia, mas sempre. Se houver vagas ociosas na rede privada e superlotação na pública, é legítimo e necessário que haja algum tipo de compartilhamento, mas ele deve ser negociado, e é preciso assegurar que os hospitais sejam remunerados tempestivamente de acordo com seus custos, ou muito em breve poderemos ver unidades fechando por falta de viabilidade econômica.

Tratando-se de Brasil, porém, podemos esperar um processo bem mais caótico, que combine judicialização “ad hoc” de autoridades do Executivo, que ignorarão a sustentabilidade do negócio. Ou seja, poderemos piorar em vez de otimizar a oferta de vagas.

helo@uol.com.br

Pergunte ao presidente

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Jair Bolsonaro saiu descontrolado do Palácio da Alvorada. Esbravejou contra a imprensa e disse que não interferiria na Polícia Federal. “Não tenho nada contra o superintendente do Rio”, afirmou.

O presidente só não explicou por que, então, tentou forçar a substituição do chefe do órgão no estado quatro vezes em menos de um ano e meio. Segundo o ex-juiz Sérgio Moro, o presidente fez pressões pela mudança em agosto de 2019 e em janeiro, março e abril deste ano.

Na quinta tentativa, seus desejos foram atendidos. Ele precisou atropelar o Ministro da Justiça e demitir o diretor-geral da Polícia Federal, mas finalmente conseguiu mexer no órgão em sua base política. A recusa do presidente em explicar os motivos desse lance é reveladora.

O depoimento de Moro sobre a intervenção de Bolsonaro na PF, torção público nesta terça (5), foi considerado “iraquíssimo” por quem acompanha o inquérito. O ex-juiz se negou a imputar crimes ao presidente e apresentou poucas pro-

vas da intromissão do antigo chefe.

As oito horas de declarações do ex-ministro evidenciaram apenas a fixação de Bolsonaro com um único posto. Embora a PF tenha 27 superintendências regionais, Moro afirmou que o presidente dizia querer “apenas uma, a do Rio de Janeiro”.

Em agosto, Bolsonaro disse que a justificativa era a baixa produtividade do órgão. Moro disse que aquele era um “motivo inverídico”. Depois, o presidente citou como causas investigações sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco que só ocorreriam meses depois de suas primeiras investidas pela troca.

Quando a mudança se concretizou, Bolsonaro se enfureceu com jornalistas que perguntavam sobre a interferência. Pela manhã, mandou os repórteres calarem a boca. No fim da tarde, deu uma resposta pela metade: “O Rio é o meu estado”.

Moro disse dez vezes à PF que os motivos da pressão de Bolsonaro “devem ser indagados ao presidente”. Dessa vez, ele não poderá mandar os investigadores se calarem.

Confiante no dispositivo

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO Do alto de seu palanque presidencial, Jair Bolsonaro espuma, impreca, manda calar a boca e, em seguida, faz-se de indignado e urra que “chega”, sua paciência se esgotou — e que as Forças Armadas estão “com o povo” — leia-se, com ele, Bolsonaro. Dá a entender que, a um comando seu, tanques, aviões e navios se porão em marcha e arriarão o peso de suas armas sobre o STF, o Congresso, a imprensa e quem mais disorde dele. Cita a Constituição, as instituições, a liberdade e a democracia, mas deixa implícito que, para garantir-las, será preciso primeiro destruí-las. E, para isso, está escorada pelos militares.

Muita gente já acreditou nisso no passado. Em 1964, outro presidente, João Goulart, foi levado por uma clique palaciana e sindical a tomar atitudes contra sua natureza de homem civil. Os militares não saíram, mas continuaram boiando. Os generais com que ele contava ficaram em casa, de pijama, ou traíram. O próprio K — Amaury Krul —, compadre ou não, foi um. O dispositivo existia,

ceram de que estava protegido por um “dispositivo militar” organizado pelo general Assis Brasil, chefe da sua Casa Militar.

Segundo o dispositivo, todos os comandos de tropas estavam alinhados com Jango. Os generais A, B e C eram “nossos”; X, Y e Z também; o general K, de São Paulo, era “compadre do presidente”; e Fulano, Beltrano e Sicrano estavam “enquadrados”. Tudo nos conformes. Não só as esquerdas acreditaram nisso. A direita também — daí o golpe.

No dia 1º de abril, o golpe marchou, e o fabuloso dispositivo era uma miragem. Seus tanques não saíram, aviões não voaram, navios continuaram boiando. Os generais com que ele contava ficaram em casa, de pijama, ou traíram. O próprio K — Amaury Krul —, compadre ou não, foi um. O dispositivo existia,

Miopia orçamentária

Antonio Delfim Netto

Economista e ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici).
Escreve às quartas

A nova pandemia que estamos vivendo era previsível, mas foi ignorada pelos Estados, justamente quem deveria ter a ela se antecipado, construindo um seguro saúde adequado.

Trata-se de mais uma zoonose, doenças que os homens importam dos animais selvagens que domesticaram e de que se alimentam ao longo da história. São acidentes aleatórios: a experiência diz que vão ocorrer, só não diz quando. Registros históricos mostram que entre o ano de 429 a.C. (quando houve a chamada Praga de Atenas e o mundo tinha em torno de 70 milhões de habitantes) e 2019, quando temos a Covid-19 e população de 7,6 bilhões, eles nos atingiram ao menos 62 vezes. A tabela abaixo revela tais pandemias.

Pandemias pelo mundo



62 pandemias no total

Fonte: Chittlo, P. e Tsiab, H. N., “High Risk of Contagious Diseases”, mar 2020

Temos um dos melhores seguros saúde do mundo — o SUS, universal e pago por todos. Espalhado pelo território nacional, é responsabilidade de todos os níveis de governo. Infelizmente, falhamos na tarefa mais urgente: a de equipar adequadamente, importando, enquanto havia disponibilidade, o que fosse necessário.

E não foi por falta de recursos financeiros, mas pela falta de coordenação entre aqueles níveis de governo e dentro deles. Cabe um “mea culpa” dos administradores do Orçamento (Executivo e Legislativo), que, com enorme miopia, não entenderam a necessidade de deixá-lo permanentemente equipado para atender à dinâmica das pandemias. Durante N anos (aleatório), a taxa de retorno é zero, mas em N+1, quando a pandemia nos assombra, ela será infinita, porque salva vidas.

No verão de 2005, o presidente G. W. Bush leu um livro sobre a terrível pandemia de 1918 (a gripe espanhola), que matou entre 20 milhões e 50 milhões de pessoas no mundo — no Brasil, ao menos 30 mil. Ao voltar a Washington, reuniu os conselheiros de Segurança Nacional e disse: “Isso ocorre a cada cem anos (oitomista)”. E ordenou que preparassem um programa sério para enfrentá-las.

Com o passar do tempo, as dificuldades orçamentárias para financiar um programa de retorno de curto prazo se vão promoveram o seu esse

circulação de pessoas nãa limitada, e aglomerações estão proibidas. Apenas atividades consideradas essenciais permanecerão funcionando — e sob controle.

ção local, para monitorar os efeitos do confinamento e calibrar a velocidade de seu relaxamento — terreno em que todo o Brasil, lamentavelmente, ainda patina.

mem tímido e inseguro, como a de propor reformas "na lei ou na marra", permitir a instabilidade política e insuflar a intranquilidade nos quartéis. E tudo porque o conven-

mas era o do inimigo.
Bolsonaro já deixou fango no chinelo em matéria de barbaridades contra a ordem legal. Está confiante em seu dispositivo militar.

cimento, e os recursos foram usados em despesas politicamente mais convenientes. Hoje os EUA colhem os resultados de tal cegueira orçamentária.

Câmara aprova texto-base de socorro aos estados com reajuste para a PF

Deputados flexibilizam contrapartida de congelamento de salário; projeto terá de voltar ao Senado

Danielle Brant e Thiago Resende

BRASÍLIA A Câmara aprovou nesta terça-feira (5) o texto-base do pacote de socorro financeiro aos estados e municípios na crise do coronavírus, estimado em cerca de R\$ 12,5 bilhões, sendo R\$ 6 bilhões de repasse direto para o caixa de governadores e prefeitos.

O texto foi aprovado por 437 votos a favor e 34 contrários. O plenário ainda analisava sugestões de mudanças no texto até a conclusão desta edição. Mas, por causa do lobby do funcionalismo público, a proposta, após o aval da Câmara, precisará voltar ao Senado, antes de ir para a sanção do presidente Jair Bolsonaro.

O texto dos deputados promove alterações na contrapartida estabelecida pelo ministro Paulo Guedes (Economia) para que os entes federados recebam o dinheiro.

Com apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RR) e articulação do governo, o projeto resguardou o congelamento de salários categorias da base política de Bolsonaro, como policiais federais.

No plenário, os deputados decidiram manter exceções estabelecidas no texto do Senado, que previa que, mesmo diante da crise causada pela Covid-19, será possível conceder aumento a servidores da segurança pública, inclusive das Forças Armadas e profissionais da saúde.

No entanto, incluíram na lista de ressalvas, além de policiais federais, trabalhadores de limpeza urbana e de assistência social que atuam diretamente no combate à pandemia. Também acrescentaram policiais legislativos, agentes socioeducativos, técnicos e peritos criminais.

Pela proposta aprovada no Senado, essas categorias teriam que se submeter à regra que suspende reajuste salarial.

O plano de ajuda a governadores e prefeitos na pandemia é um meio-termo entre a versão aprovada pela Câmara em abril e a proposta inicial da equipe econômica.

O time de Guedes chegou a apresentar, em meados de abril, um pacote de socorro de R\$ 77,4 bilhões, com R\$ 40 bilhões de transferência direta.

Mas isso foi considerado tímido pelo Congresso, principalmente diante do projeto articulado por Maia que foi considerado pelo governo como uma pauta-bomba por, segundo o Tesouro Nacional, ter um potencial de gasto público acima de R\$ 200 bilhões.

Por isso, o governo federal teve de ceder e ampliar o valor previsto, inclusive para os repasses diretos, que têm efeito no Orçamento. Mesmo assim, a proposta em votação nesta terça, e que já passou pelo Senado, é mais vantajosa para Guedes.

Governadores e prefeitos pedem ao Planalto mais dinheiro para enfrentar a Covid-19 e para manter a máquina pública funcionando. Com a queda da economia, a receita dos estados e municípios está caindo, e alguns gestores dizem que logo ficarão sem recursos para pagar salários.

No texto-base, a Câmara fez poucos ajustes na versão do Senado, que foi articulada com a equipe econômica. A principal mudança foi a flexibilização da norma que suspende reajustes para o funcionalismo público.

O afrouxamento teve o

feito gestos para se aproximar do centrão para ampliar seu apoio no Congresso.

O movimento foi capitaneado pelo líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), que, rotineiramente, defende interesses das corporações da segurança pública — o

parlamentar já havia feito isso na reforma da Previdência.

O Ministério da Economia, inicialmente, não queria que o Congresso poupasse mais setores do congelamento salarial, com previsão de duração até o fim de 2021. Mas auxiliares de Guedes atuaram

para evitar danos maiores e, no fim, apoiaram o formato aprovado pela Câmara.

Segundo técnicos da Economia, a versão aprovada pelos senadores garantiria uma economia de despesas da ordem de R\$ 9 bilhões aos estados e municípios, por cau-

sa da vedação ao aumento de gastos obrigatórios, como salários, até o fim de 2021.

Mesmo com o afrouxamento da regra na Câmara, o time de Guedes acredita que a decisão dos deputados terá pouco efeito fiscal. O mais importante, segundo auxiliares do mi-

nistro, foi conseguir o apoio da Câmara à proposta do Senado, que prevê um valor fixo a ser repassado aos governos regionais.

Principal ponto em discussão no pacote de socorro, o valor das transferências diretas a governadores e prefeitos ficou em R\$ 6 bilhões, a serem pagos em quatro parcelas que saem direto do caixa do Tesouro e vão para o caixa dos governos regionais.

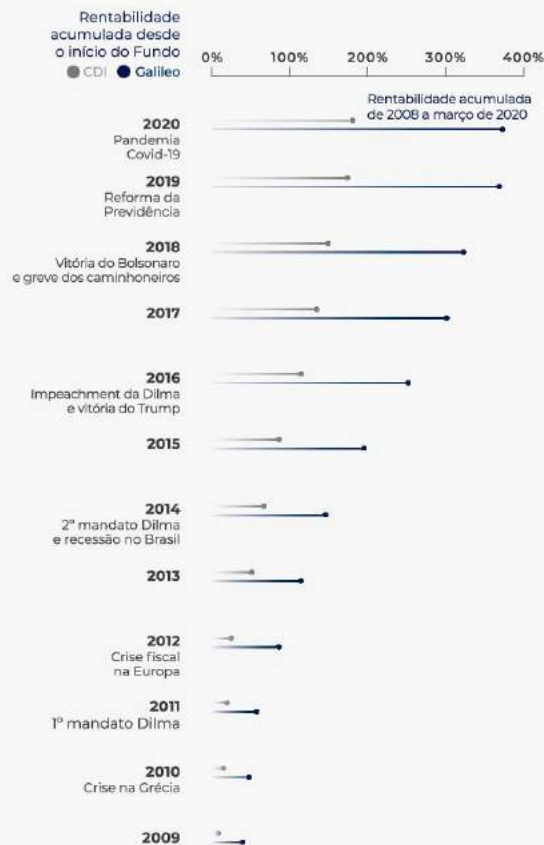
O governo propõe que R\$ 10 bilhões sejam repassados diretamente para o enfrentamento ao coronavírus — R\$ 7 bilhões aos cofres de estados e do Distrito Federal e R\$ 3 bilhões aos dos municípios.

Continua na pág. A20



Safra Galileo. Manter-se consistente na turbulência, por anos e anos, é uma ciência.

11 anos de segurança e rentabilidade superando diferentes cenários e crises, assim como a de hoje.



Busque por Safra Galileo.
Invista como um especialista.
Invista Safra.



PLANO ANUAL DE INVESTIMENTO	FUNDO	ES	NEP
CDI	CDI	CDI	CDI
Galileo	Galileo	Galileo	Galileo
Brasil	Brasil	Brasil	Brasil
Estados	Estados	Estados	Estados
Municípios	Municípios	Municípios	Municípios



Este é o único fundo de investimentos em geral, disponível em geral, disponível em geral, disponível em geral... (Small text describing the fund's performance and investment strategy).

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painel@grupofolha.com.br

Cesta básica

Apesar de prever queda de R\$ 10 bilhões na arrecadação de abril a junho por causa da pandemia, o governador João Doria concedeu benefício fiscal aos setores de cobre e insumos de ração com redução de carga de ICMS. O alívio pode desencadear novas demandas. "Pode-se cogitar um novo convênio no Confaz, que autorize ainda mais a redução da carga sobre cesta básica, o que seria muito oportuno no contexto pandemia", diz Tathiane Piscitelli, professora da FGV Direito-SP.

CALENDÁRIO A concessão dos benefícios foi divulgada no feriado de 1º de Maio. Procurada, a secretaria da Fazenda de SP diz que "o decreto é de gêneros agrícolas, com grande impacto na alimentação".

NOVA EDIÇÃO O secretário de Agricultura, Gustavo Junqueira, diz que foi só uma adequação para listar os produtos de maneira a não deixar dúvida sobre os itens abrangidos pelo benefício anterior, de agosto de 2019. "No decreto anterior falava de milho e soja mas não estava escrito favela de milho ou de soja, que na verdade, são subprodutos", disse.

TAMPA Não foi só o consumo de papel higiênico que subiu no início da pandemia. No Japão, o coronavírus impulsionou também a venda de privadas. Segundo reportagem do Financial Times, as construtoras fizeram estoques porque tiveram receio de que o item viesse a faltar, deixando as novas propriedades inabitáveis.

ASSENTO Na pandemia, a maior exigência com higiene também elevou o interesse pelo banheiro inteligente, tradicional entre japoneses. No auge da demanda, houve até dez vezes mais encomendas em alguns fabricantes de privadas do país. Mas a paralisação das fábricas deve derrubar os resultados do setor.

LAÇO O volume de brasileiros que darão presente no Dia das Mães caiu de 78% em 2019 para 68% neste ano, segundo pesquisa de CNDL e SPC Brasil.

RUA A queda na arrecadação de impostos nas cidades de médio e grande porte após a pandemia ameaça o pagamento do serviço de limpeza urbana, a partir de maio, diz Gilberto Perre, da Frente Nacional de Prefeitos.

LADEIRA Ele avalia que os pacotes aprovados ou em discussão no Congresso são insuficientes para atenuar a queda de receita em cidades maiores.

EXAME A Copagaz, distribuidora de gás de cozinha, vai bancar o aluguel de uma carreta com tomógrafo para o hospital de campanha montado pela Prefeitura de SP no estádio do Pacaembu.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES



IMPOSTO DE RENDA e EMPREGADOS DOMÉSTICOS tabelas com detalhes de alíquotas e valores.



PROSA

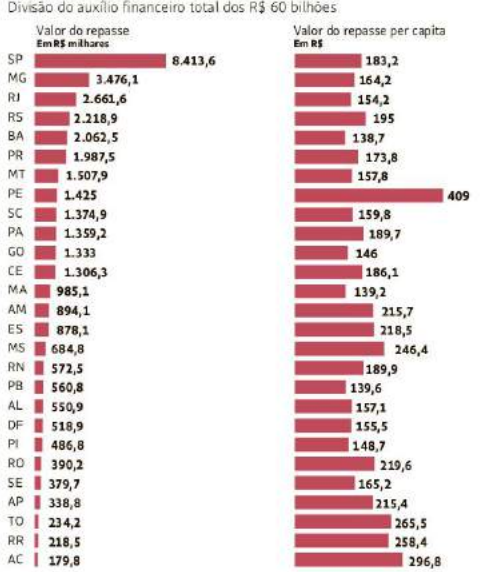
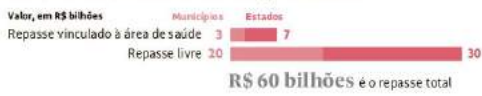
Não pode mandar ninguém calar a boca. Não é só jornalista. Tem que respeitar. Democracia é o respeito um para com o outro. Mas isso faz parte

Washington Cinel presidente do Lide Segurança e da Gocil

Câmara aprova texto-base de socorro aos estados com reajuste para a PF

Continuação da pág. 19
O texto da Câmara mudou o critério de distribuição dos R\$ 7 bilhões voltados para ações contra o coronavírus nos estados. Inicialmente, o texto previa que 40% desse dinheiro seria transferido conforme taxa de incidência da doença (ou seja, considerando termos per capita).
Com isso, segundo nota elaborada por técnicos da Câmara publicada nesta terça pela coluna PAINEL, o Amapá, estado do presidente Davi Alcolombre (DEM), seria o maior beneficiado.
Em termos per capita, o Amapá receberia R\$ 189 por habitante no projeto da Câmara, enquanto no Senado o valor subiu para R\$ 733. Em São Paulo, do governador João Doria (PSDB), ocorre o contrário: o estado, que receberia R\$ 549 por habitante no texto da Câmara, passou a R\$ 279 na fórmula do Senado.
Proposta do Novo, no entanto, retirou do texto a expressão "taxa de". Agora, será pela quantidade de infectados.
Para completar o repasse, o governo sugere que o montante de R\$ 50 bilhões será distribuído de duas formas, R\$ 30 bilhões distribuídos diretamente aos estados e ao DF e os outros R\$ 20 bilhões municípios.
A distribuição será feita segundo a regra de proporção, levando em conta critérios mistos, como as perdas de ICMS e de ISS causadas pela pandemia e o número de habitantes.
O plano prevê ainda a suspensão dos pagamentos de dívidas de estados e municípios com a União neste ano, além de permitir a renegociação de dívidas com bancos públicos.

Como ficará a divisão dos recursos para estados



Lobby tira policiais de congelamento, e outras categorias avaliam ir à Justiça

Para entidades de servidores, projeto que veda reajustes como contrapartida a socorro a estados e municípios é inconstitucional

Thiago Resende e Danielle Brant

BRASILIA A exclusão de policiais do dispositivo que congela salários de servidores no pacote de socorro a estados gerou insatisfação em entidades de funcionalismo que representam outras categorias. O caso poderá ir para o STF.
Articulação de uma ala do governo liderada pelo general Luiz Eduardo Ramos, ministro da Secretaria de Governo, com apoio do centrão e do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ampliou a lista de categorias ressaltadas do congelamento salarial estipulado como contrapartida ao socorro da União a estados e municípios.
Pela proposta aprovada no Senado, poderiam receber reajuste na crise servidores da área de saúde e categorias da segurança pública dos estados e municípios, como policiais militares, além das Forças Armadas. A ressalva é que esses profissionais precisam atuar diretamente no combate à Covid-19.
A Câmara ampliou esse benefício a servidores da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Ferroviária Federal, de policiais legisla-

cluídas do congelamento salarial pelos deputados após articulação capitaneada pelo líder do governo na Câmara, major Vítor Hugo (PSL-GO).
O ministro Paulo Guedes (Economia) defende a suspensão dos reajustes a servidores até o fim de 2021, como forma de que esses trabalhadores também sejam afetados pela crise econômica causada pelo novo coronavírus.
Por isso, governadores e prefeitos deverão suspender a concessão de aumentos e, em troca, poderão ter acesso a auxílio financeiro. Mas congressistas tem cedido às pressões de corporações para deixar algumas categorias fora da medida.
O movimento, com apoio de governistas, gerou reação de outras entidades, que veem inconstitucionalidades no projeto. O lobby do funcionalismo é um dos mais poderosos no Congresso.
Para o presidente do Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado), Rudinei Marques, a proposta fere a Constituição. Na avaliação dele, o Congresso não poderia criar regras salariais para governos regionais. Por isso, a entidade avalia acionar o STF com

CATEGORIAS QUE FICAM FORA DO CONGELAMENTO SALARIAL: Profissionais de saúde, Limpeza urbana, Assistência social, Agentes socio-educativos, Técnicos e peritos criminais, Policiais legislativos, Policiais federais, Policiais rodoviários federais, Policiais ferroviários federais, Policiais militares, Policiais civis, Bombeiros, Forças Armadas.

ampla para judicializar".
Paulo Lino, presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, critica o congelamento salarial de servidores.
"O argumento do governo de que todo o mundo vai sofrer é só um modo de dizer. Os servidores vão sofrer. Todo serviço público é essencial para o Estado, e não deveria ser o servidor público mais uma vez o punido", afirmou.
Lino ressaltou que o sindicato que representa está analisando potenciais inconstitucionalidades no texto que possam ser contestadas.
A juíza Noemí Porto, presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), defendeu que é preciso analisar os termos do congelamento, "inclusive sobre se abarcará indistintamente todas as carreiras ou se, de forma aleatória, algumas serão poupadas e outras não".
Já o presidente do Sindifisco (sindicato de auditores fiscais da Receita Federal), Kleber Cabral, criticou a exclusão de categorias do texto da Câmara, ressaltando os profissionais de saúde.
"A hora em que começa a abrir exceção, aí você precisa ter lógica na exceção. O que a gente viu é que não tem lógica nenhuma. Eu não consigo compreender por que as Forças Armadas precisam ser exceções aí. Qual exatamente é o papel das Forças Armadas no combate à pandemia? Ninguém soube me explicar".
Já o vice-presidente da FenaPRF (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais), Dovernio Borges Neto, defende que a categoria seja ressaltada da lista sujeita a congelamento de salários.
"Vamos fazer todo esse trabalho de vigilância no Senado, porque não entendemos por que motivo não seríamos contemplados, já que estamos na linha de frente na atuação contra o Covid-19. Nosso trabalho

Até R\$ 1.045	7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.268,80	14%

*O prazo para empresas vence no dia 20 maio, para pessoas físicas, vence em 15 maio.

vence no dia 7 maio. A guia de pagamento dos patões inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, e FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário.


tivos, limpeza pública, assistência social, técnicos e peritos criminais, além de agentes socioeducativos. Essas categorias foram ex-

tra o congelamento salarial. "O Legislativo está entrando em prerrogativas de outros Poderes, o que a Constituição também proíbe. Tem margem

é iminente ostensivo." Neto rejeitou que a categoria tenha sido privilegiada no texto da Câmara. "Estamos na linha de frente."

INSTITUIÇÃO ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO NOROESTE BRASILEIRA
CNPJ 17.248.112/0001-04
PUBLICAÇÃO DE BALANÇO DEZEMBRO 2018
Em atendimento as leis vigentes e demais obrigações societárias, comunicamos a todos interessados que os demonstrativos contábeis da Instituição Adventista de Educação Noroeste Brasileira (IAENB), CNPJ 17.248.112/0001-04, sendo sua sede na Rua Ministro João Gonçalves de Araújo, 10, Distrito Industrial, CEP 68.275-940, Maracá, Am, se encontra a disposição no endereço eletrônico <http://iaenb.org.br/contabil>

 **SPDM – ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA / HOSPITAL MUNICIPAL DE SARUERI DR. FRANCISCO MORAN** convida as empresas interessadas em participar do Caderno de **Informações nº SE-023/2020 – ID 2007**, realizado para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **MANUTENÇÃO EQUIPAMENTOS AUTOCLAVE, TERMODE SINFECTORA E SECADORA**. Para informações e **condições de participação favor acessar o site www.pblimoxo.com.br/privado**

 **SPDM – ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA / HOSPITAL GERAL DE PEDREIRA**, convida as empresas interessadas em participar do Caderno de **Informações nº SE-004/2020 – ID 2008**, realizado para a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de **LOCAÇÃO DE CHILLER PARA SISTEMA DE AR CONDICIONADO**. Para informações e **condições de participação favor acessar o site www.pblimoxo.com.br/privado**

mercado coronavírus

Pandemia remodela papel de cadeias globais de produção

Globalização centrada em linhas da China é alvo de debate, inclusive no Brasil

Igor Giolov

SÃO PAULO Entre os impactos da pandemia do novo coronavírus sobre a economia mundial, o efeito sobre o modelo de cadeias globais de produção é um dos mais evidentes. Afinal, foi no país-símbolo da globalização de linhas, a China, que a crise começou... apesar de a curva de infecção parecer sob controle, a reabertura econômica por Pequim ainda é tímida.

Cerca de 16% do Produto Interno Bruto mundial é chinês, ante 4,3% registrados na crise sanitária anterior de grandes proporções no país, a epidemia da Sars, em 2002-3.

"A globalização vai sofrer um choque, com maior protecionismo. Antes do lockdown, os EUA já vinham num movimento de reindustrialização", avalia Paulo Cardamone, da Bright Consulting. Especialista no setor automotivo, ele lembra que cada mercado e setor tem sua peculiaridade, não sendo possível desenhar uma resposta única à crise.

"Cerca de 30% de um carro de entrada no Brasil é importado. Essa realidade será confrontada com o dólar a mais de R\$5 quando o consumo voltar".

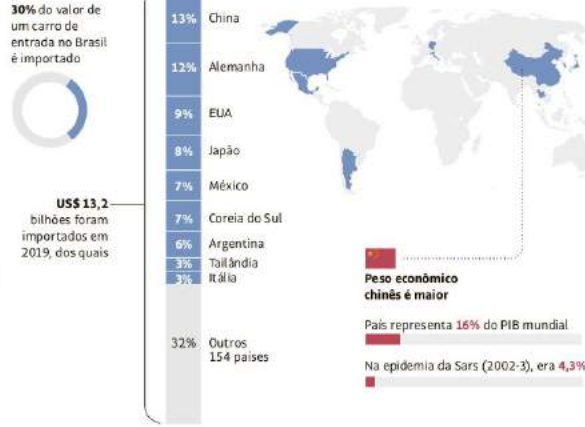
Em suas contas, pode haver um aumento de 7% a 8% no preço de carros dessa categoria, e bem mais em modelos mais sofisticados.

A GM, por exemplo, anunciou nesta terça (5) um aumento linear de 4% para sua linha. A China é a maior fornecedora de autopeças para o Brasil, com 13% dos US\$ 13,2 bilhões (cerca de R\$ 73 bilhões nesta terça) importados no ano passado.

Mas é um mercado muito pulverizado, com 9 grandes atores e 154 países fornecendo 32% do que é comprado. "O processo de nacionaliza-

Cadeias globais de produção sofrem impacto com o coronavírus

Um mundo interconectado



Em fev-mar, auge da crise na China



ção é natural. Montadoras têm milhares de fornecedores, se o custo empatar, elas preferem o produtor local pela logística", diz o diretor técnico da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos), Henry Joseph Junier. A questão é que boa parte da

eletrônica embarcada em carros vem hoje da afetada China. Cerca de 50% da frota brasileira hoje tem câmbio automático, que não é feito no país. Há questões colocadas acerca da saúde das fornecedoras médias e pequenas. Elas são cerca de 300 das

450 do gênero no país. O setor já havia sido castigado na recessão de 2015-16 e ainda não havia se recuperado do tombo. Mas o Brasil pode também lucrur com uma desconcentração de linhas da China. Antes mesmo da crise, se-

gundo Joseph, havia uma discussão na indústria de transformar o Brasil em fornecedor de motores a combustão para todo o mundo —parques mais sofisticados se dedicariam a modelos elétricos.

Para David Simchi-Levi, professor do MIT (Massachusetts Institute of Technology, EUA) e especialista em cadeias de suprimento, ainda não é possível quantificar a disrupção em todo o mundo.

Na avaliação dele, o problema maior será o tombo financeiro que empresas conectadas às cadeias levarão, dado que o consumo dificilmente voltará aos níveis pré-crise tão cedo.

O especialista prevê que países do Sudeste Asiático tenderão a receber parte da capacidade instalada na China hoje em vários setores.

A globalização como a conhecemos atingiu seu pico em 2007. Desde então, os fluxos internacionais de comércio sofreram o baque da crise de 2008 e nunca voltaram ao nível anterior.

Mesmo a participação das cadeias na economia mundial parou de crescer, ficando na casa dos 50%, segundo o Banco Mundial.

Essa relativização, como dito, não é uniforme. A crise do coronavírus foi mais óbvia no setor de fármacos.

Talvez 80% dos insumos consumidos no Brasil venham da China e da Índia, que restringiu exportações por motivo de biossegurança; no aperto, os países priorizam seus habitantes.

Nos EUA, a importação é de 72%. Máscaras cirúrgicas, item essencial hoje, são 95% importadas da China, o que levou o governo a aplicar um ato de tempos de guerra para eventualmente forçar empresas a redirecionar suas linhas de produção.

Segundo o Instituto de Gestão de Suprimentos (EUA), a mais tradicional instituição de estudos sobre o tema do mundo, havia pouco preparo para a crise.

Em março, o instituto fez uma pesquisa com 628 grandes integrantes americanos de cadeias globais para aferir o impacto da paralisação da produção chinesa devido à emergência sanitária.

Nada menos do que 44% dos pedidos disseram não ter planos de contingência na área, e 75% deles relataram algum tipo de interrupção de seus fornecedores chineses.

No Brasil, o setor químico é um dos mais preocupados com o desenvolvimento da crise. Há quatro anos, 30% de seus insumos vinham de fora; hoje o índice é de 43%.

"Nós temos escala global para produzir muitas coisas, mas hoje importamos uréia e amônia para fertilizantes", diz Ciro Marino, presidente da Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química).

O setor virou um caso de estudo no começo da pandemia. O Brasil tem álcool de sobra, mas não produz a ospanante para fazer a agora imprescindível versão em gel.

O resultado foi a conversão de algumas linhas, como na Dow, para a produção do insumo que sumiu do mercado.

Para Marino, "o mundo se acostumou a essa globalização". "Nós não fazemos farmoquímicos para os defensores agrícolas. É uma questão de biossegurança, de segurança alimentar", diz.

Ele admite que a transição para alguma nacionalização do setor não será nem fácil, nem rápida, especialmente com a saída progressiva da Petrobras do ramo petroquímico nos últimos anos.

Há entraves. Diversos setores entregaram ao Ministério da Economia um estudo mostrando que só a logística do custo Brasil custa anualmente ao país R\$ 1,5 trilhão acima do custo médio de países da OCDE, o clube de economias mais avançadas.

Marino vê áreas que podem avançar mais rapidamente, como a exploração de gás natural liquefeito. Hoje, o gás nos EUA custa cerca de US 10 por milhão de BTUs (unidade métrica britânica, em inglês), no Brasil, cinco vezes mais.

A pasta de Paulo Guedes informou que está em discussões com diversos setores, mas que o foco agora são os impactos mais emergenciais da crise. Além disso, a equipe econômica tende a ver com desconfiança a ideia de nacionalizações que não obedecem a lógicas de mercado.

Fornecedores das montadoras vão quebrar, diz presidente da Fiat

ENTREVISTA ANTONIO FILOSA

Joana Cunha

SÃO PAULO Surpreendido pela pandemia, que zerou as vendas, o presidente da FCA Fiat Chrysler América Latina, Antonio Filosa, prevê fortes quedas na demanda até o quarto trimestre deste ano.

Segundo o executivo, o emprego na montadora está garantido até pelo menos novembro para atravessar a crise, mas a situação da cadeia de fornecimento preocupa.

"Nós teremos fornecedores, sobretudo pequenos e médios, em processo de falência. Então, mais do que perder empregos, o que já é dramático, estamos falando de perder parte da cadeia. O fim de maio já será um mês de grande problema, mas eu enxergo nenhuma ou pouquíssimas chances de passar até junho", diz.

Como a crise pegou o setor?

No fim de 2019, víamos um 2020 positivo, com crescimento do PIB brasileiro em torno de 2% e demanda de carros perto de 8%. O coronavírus nos forçou a rever isso, e agora prevemos demanda em contração de 40%. No segundo trimestre vemos queda de 70% em relação ao mesmo período do ano passado.

gentino estava acima de 800 mil carros por ano. Em 2019, fechou em torno de 400 mil. Para 2020, vemos algo perto de 250 mil. Lá, a queda vai ser perto de 50%, enquanto nos demais países da América Latina deve cair 40%.

Como prevê a retomada? Temos um calendário de reabertura gradativa no Brasil a partir da segunda ou terceira semana de maio em regime de produção parcial. E se tivermos condições internas e externas.

Como estão as condições internas? Vou fazer um simulado de segurança do trabalho vamos testar cada um dos processos, nos ambientes comuns, restaurantes, máquinas de café. Vou simular a chegada à fábrica, passando pelas catracas até a linha de produção, indo ao banheiro, ao vestuário. Eu fui um homem de produção, já trabalhei nisso. Se eu estiver convencido de que estamos preparados, libero a volta. Se eu não estiver, vamos refazer. E se tiver condições externas.

Qual sua avaliação sobre as medidas econômicas do governo brasileiro? A pandemia gerou dois problemas principais para a indústria

de março e abril. O segundo problema é o caixa. Nosso setor tem uma estrutura de custo pesada, que só se remunera se você consegue vender. O setor automotivo tem uma cadeia de mais ou menos 7.000 empresas, com montadoras, fornecedores e concessionárias. Acho que o governo foi rápido em resolver o primeiro problema, que é o do trabalho, com a medida provisória 936. Manter o emprego é importante por causa da qualificação. Uma vez que você perde um funcionário do setor automotivo, vai gastar dinheiro com recrutamento e formação para recuperar ele. A curva de aprendizagem é de 6 a 9 meses.

Para o segundo problema, de caixa, há duas tarefas. Uma é interna, que o setor está fazendo, que é otimizar custos aumentando a produtividade, postergar investimentos. Mas, quando falamos de vendas a zero, precisamos de ajuda externa. Estamos dialogando com o governo sobre como ajudar as indústrias para articular com os bancos privados e públicos a possibilidade de linhas de crédito competitivas. O governo tem tido um diálogo rápido conosco, mas a solução ainda está sendo elaborada.

Por quanto tempo as empre-



Antonio Filosa, 46 Presidente da FCA Fiat Chrysler América Latina, é formado pelo Instituto Politécnico de Milão e entrou no grupo Fiat em 1999, onde passou por áreas como manufatura, compras, marketing e países como Espanha, EUA e Argentina

da unidade tem um nível de proteção, mas até novembro, por exemplo, nossos empregos estão garantidos. Mas o tema é mais profundo. Nós temos fornecedores, sobretudo pequenos e médios, em processo de falência. Então, mais do que perder empregos, o que já é dramático, estamos falando de perder parte da cadeia.

Algumas já estão graves. O fim de maio já será um mês de grande problema, mas eu enxergo nenhuma ou pouquíssimas chances de passar até junho. Não conheço a condição de caixa das empresas particularmente, mas maio e junho serão dois meses severos.

Como fica a evolução dos veículos elétricos considerando o novo cenário de preço de petróleo?

A resposta é complexa. Quando falamos de desenvolver novas tecnologias, estamos falando de dois ou três anos. Agora estamos enxergando uma volatilidade de muito forte da commodity. Pode ir além ou ficar só neste período. Acho que todas as empresas começaram e vão continuar investindo em tecnologia elétrica ou híbrida.

Tinhamos previsto neste ano já começar a importar dois carros da Jeep e um carro da Fiat elétrico, além de estudar soluções locais. A crise, com a volatilidade do dólar, nos força

O futuro do setor automotivo foi postergado? Sim. Vai postergar. Tínhamos um plano de investimento de R\$ 14 bilhões de 2018 até 2024. Vai empurrar, no primeiro momento, até 2025. Estamos monitorando. A parte positiva é que nós confirmamos tudo, mas fomos forçados a esperar mais um ano.

Como está sendo o cenário político do Brasil?

Sou italiano e não tenho nem direito a voto no Brasil. Não vou dar opiniões políticas, só econômicas. Entendo que estamos em um momento difícil do ponto de vista da saúde que, é o bem principal de todos. E o segundo, do ponto de vista da economia, depois de restando a crise da saúde, teremos uma importante crise econômica a gerenciar.

Que medidas de responsabilidade social teve a Fiat nessa crise?

Em Betim (MG), como prefeitura, lançamos um hospital de campanha com 200 leitos em um espaço nosso que era recreativo. Em Goiânia (GO), um hospital com cem leitos, assim como em Córdoba (Argentina).

Formamos técnicos nossos para dar manutenção a respiradores, convertimos impressoras 3D para fazer as máscaras de plástico, doamos ambulâncias a hospi-

de rebuças (19,4%), de couro, artigos para viagem e calçados (-31,5%), de produtos de borracha e de material plástico (-12,5%) e de máquinas e equipamentos (-9,1%).

Do lado positivo, estiveram apenas ramos de impressão e reprodução de gravações (8,4%), de perfumaria, sabões, produtos de limpeza e de higiene pessoal (6,7%) e de manutenção, reparação e insta-

ção. Menor preço, O CUSTO de Minas Gerais, por intermédio da Central de Compras da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, realizou a licitação para aquisição continuada de preservativos e gel lubrificante em atendimento à demanda de diversos órgãos e entidades do Estado de Minas Gerais. A sessão de pregão iniciou no dia 08/02/2020, às 10h, no site www.compras.mg.gov.br. Mais informações: compras@seplag.jus.br; compras@seplag.mg.gov.br; 0800-052002. Raluzia Magalhães Ferreira - Superintendente Central de Compras Governamentais/SEPLAG.



PLACA - Placa de identificação de freios mecânicos e freios elétricos, utilizada em veículos de motor de Alta Potência (MEL200). Essa placa, além de gerar os dados necessários, também realiza a conferência dos dados que são feitos a partir da identificação da energia de ação (propulsão) aplicada no veículo. É uma placa permanentemente liberada e com componentes críticos, devido à vitalidade da energia que fica armazenada em um pequeno volume. Devido a todos esses atributos se trata de um dispositivo extremamente difícil de ser desenvolvido e qualificado para sua utilização através de testes realizados durante longos períodos de ensaio. **12. PLACA IPA 090 BANDA L** - A placa IPA High Power Amplified é responsável pelo controle final de simplificação de ruído. Instalada no Modelo MEL200, cada modelo possui 02 placas e cada placa está equipada com um CUP (SU) manipulador de alta desempenho. É uma placa extremamente robusta acentuando componentes críticos, devido à densidade de energia que são concentrados em um pequeno volume. Devido todos esses atributos se trata de um dispositivo extremamente difícil de ser desenvolvido e qualificado para sua utilização através de testes realizados durante longos períodos de ensaio. **13. BOMBONE DIAMETRO 11,0cm TRINCAÇA 20%** - O sanduíche composto por panetão tipo sanduíche, carne-seco e biscoitos, de panetão sanduíche são consumidos com um núcleo de carne e polvilho amarelo de plástico utilizado de alta resistência e usado para formar o volume externo. Devido ao seu grande tamanho, o volume é mantido à parte de outros produtos consumidos em conjunto com janta. (churrasco, barbeque, frango ou coxão etc). As Bumbones são produzidas para garantir que a montagem tenha um efeito interno no ponto de cozedura no momento de consumo do produto. Sob o ponto de vista de saúde possuem uma carga de base para nutrir a saúde com quantidades de proteínas, gorduras, e se harmonizam com a dieta de consumo de alta proteína, pois são adiversos e diversificados, sem ter no de nada, sem a presença de ingredientes de baixa qualidade, caso não haja qualquer qualificação em condições de alta desde pressões e expostos às variações de alta temperatura. São Paulo, 06 de maio de 2020.

Itaboraí. As assembleias para a eleição de delegados e delegadas deverão ser realizadas pelas entidades associadas à FETAMCUT entre as datas 07/05/2020 até o dia 18/05/2020, com exceção destes para a Comissão Organizadora do 10º Congresso da Federação através do e-mail: comissaoeleicoes@fetaucut.org.br ou pelo telefone 0800-052002. **ENTIDADES APTAS PARA PARTICIPAÇÃO COMO DELEGADOS(A):** São considerados aptos a participação no 10º Congresso da FETAMCUT as entidades de base associadas com suas contribuições financeiras, jurídicas e contábeis devidamente por documento expedido pela Associação Estadual da CUT até 21 de janeiro de 2020, sendo considerados aptos a participação no 10º Congresso da FETAMCUT os sindicatos de base associados com suas contribuições financeiras enviadas em virtude de respoeto unilateral dos repasses pelas respectivas administrações. Serão considerados aptos a participação as organizações sindicais reconhecidas pela CUT. **CRITÉRIOS PARA PARTICIPAÇÃO:** Os delegados e delegadas serão eleitos(as) nas respectivas assembleias de suas entidades observando-se que, além daqueles considerados novos e os antigos para eleição de delegados e delegadas observando a cota de 1.000 (um mil) votos para os (as) Delegados no Delégado ao 10º Congresso FETAM - CUT e, de 1.500 (um mil e quinhentos) a 2.000 (dois mil quinhentos) votos para os (as) Delegados ou Delegadas e assim sucessivamente em diante. São Delegados(as) Natos os membros ativos da Executiva Nacional da CONFETAM, CUT Estadual e Nacional e da FETAM - CUT. São Paulo - SP 06 de maio de 2020. Luciano Manoel do Nascimento - CPF 203.905.248-60 - Presidente da FETAMCUT

Indústria cai 9,1% e tem seu pior março desde 2002

Resultado é o pior para o mês desde 2002 e ainda não reflete totalmente os efeitos da pandemia do novo coronavírus. Tombo é o maior desde a greve dos caminhoneiros, em maio de 2018

O Globo · 6 maio 2020 · KAREN GARCIA karen.garcia@infoglobo.com.br

Com retração de 9,1% em março, a produção industrial do país teve seu maior tobo nesse mês em 18 anos, revela IBGE. Reflexo da quarentena imposta pela pandemia, houve recuo em 23 dos 26 setores, sendo o automotivo o mais afetado. Ociosidade do ramo em abril foi a maior em 20 anos, segundo a FGV.

Em março deste ano, a atividade industrial apresentou retração de 9,1% na comparação com fevereiro, informou ontem o IBGE. O pior resultado para o mês de março desde 2002 reflete os efeitos das medidas de isolamento social provocadas pelo coronavírus. Em fevereiro, a alta frente ao mês anterior foi de 0,7%.

O patamar de produção recuou ao nível de agosto e setembro de 2003. Como as medidas de isolamento social foram adotadas em meados de março, é possível que o resultado de abril seja ainda pior. No mês passado, a indústria atingiu o maior nível de ociosidade em quase 20 anos, segundo pesquisa da FGV divulgada na segunda-feira.

Em relação a março de 2019, a queda apurada pelo IBGE foi de 3,8%, a quinta consecutiva nessa base de comparação.

A produção industrial acumula queda de 1,7% no ano e de 1% em 12 meses, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (PIM). O setor automotivo foi o mais afetado, com retração de 28% em março.

As paralisações em diversas fábricas explicam o resultado da indústria, segundo o gerente da pesquisa, André Macedo:

— Esse impacto da pandemia fica evidenciado quando se compara com o mês de fevereiro, já que a taxa é fortemente negativa e representa a queda mais intensa desde maio de 2018, quando houve a greve dos caminhoneiros.

PERDAS DISSEMINADAS

O que marca o mês de março é um perfil disseminado de queda, com recuo de 23 dos 26 ramos. Macedo ressalta que esse movimento é similar ao da greve dos caminhoneiros, quando o tobo chegou a 11%.

Nas grandes categorias econômicas, a queda de bens de consumo duráveis foi de 23,5%, enquanto nos semiduráveis e duráveis o recuo foi de 12%, devido ao setor de bebidas.

Com muitas fábricas paradas, a produção de bens de capital (equipamentos e máquinas) recuou 15,2% em março.

Entre os bens de consumo, houve desempenho positivo em itens atrelados ao combate à pandemia, como seringas, agulhas e luvas de borracha.

A retração foi forte nos setores de confecção de artigos de vestuário e acessórios (37,8%), bebidas (19,4%), couro, artigos para viagem e calçados (31,5%), produtos de borracha e material plástico (12,5%).

Mas houve alguns desempenhos positivos. O setor de impressão e reprodução de gravações teve crescimento de 8,4%, enquanto a categoria de perfumaria e produtos de limpeza teve avanço de 0,7%, impulsionada por produtos como desodorantes, sabão, detergente, desinfetante e sabonete líquido. Já manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos registrou alta de 0,3%. Segundo Macedo, com mais pessoas em casa, cresce a demanda por itens de higiene pessoal e limpeza doméstica.

De acordo com a pesquisadora do Ibre-FGV Renata de Mello Franco, o resultado de março veio pior do que o esperado pelo mercado. Ainda que a alta do dólar beneficie a exportação, é um fator que pressiona o grupo de bens intermediários, que importa insumos para a produção.

— Mesmo com apenas duas semanas de isolamento no mês de março, tivemos um baque de 9,9% na indústria de transformação. E a perspectiva para o mês de abril é bastante negativa. O maior problema não é o retrocesso pontual, mas como vamos nos recuperar dele — explicou Renata.

Ela vê uma diferença em relação a maio de 2018:

— Na greve dos caminhoneiros tivemos uma recuperação rápida. Com as perspectivas futuras ruins, o que preocupa é como a indústria brasileira voltará ao nível de produção anterior a março de 2020.

CENÁRIO DE INCERTEZA

Para Rafael Cagnin, economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), a queda de março é um indicativo do tamanho do problema que pode vir pela frente:

— Embora o isolamento social seja uma das causas mais fortes, outros efeitos da pandemia podem ganhar força nos próximos meses, como uma escalada da incerteza, que pode prejudicar os setores que demandam financiamento como bens de consumo e bens de capital. As famílias, em um contexto de medo, com perda de emprego e redução de salários, vão adiar seus projetos de compra de automóveis e eletrodomésticos.

Segundo Cagnin, é preciso aguardar e analisar a eficácia das medidas de isolamento social que o governo está adotando:

— Mesmo que a gente flexibilize o isolamento social agora, se houver mais casos e mortes, continuaremos em um cenário de medo muito grande, seja de desemprego ou ficar doente. Algumas medidas demoraram para sair, outras demoraram para ser implementadas, algumas ainda têm problemas. Além da demora para chegar o apoio aos estados e municípios. Pode ser que algumas estratégias tenham que ser prolongadas.

O economista-chefe para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, não mostrou otimismo com o desempenho da indústria nos próximos meses.

“À frente, esperamos que o setor industrial, há muito com desempenho fraco, sofra com os ventos contrários de uma recessão doméstica e global provocada pelo impacto econômico e social da pandemia de Covid-19. As interrupções nas cadeias de fornecimento internacionais também podem impactar a base industrial doméstica”, afirmou Ramos em relatório.

Projeto de ajuda aos estados volta- rá ao Senado

Câmara desidrata congelamento de salários e redistribui recursos. Texto volta ao Senado

O Globo · 6 maio 2020 · GABRIEL SHINOHARA, BRUNO GÓES E MARCELLO CORRÊA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Apesar do apelo do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para que o projeto de ajuda a estados e municípios fosse aprovado, deputados alteraram o texto, que agora terá de voltar ao Senado. Eles mudaram o critério de distribuição de verbas e ampliaram os servidores protegidos contra congelamento salarial.

Paulo Ganime (Novo-RJ), deputado

Apesar dos apelos do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para que o pacote de socorro a estados e municípios proposto pelo Senado fosse aprovado sem alterações, deputados decidiram ontem modificar o texto. Com isso, o projeto terá que ser analisado novamente pelos senadores. As mudanças ampliam o número de categorias de servidores públicos blindadas do congelamento de salários, estabelecido como contrapartida ao auxílio federal. Parlamentares também alteraram o critério de distribuição dos recursos, que beneficia estados do Sul e do Sudeste e diminui os repasses ao Norte e Nordeste.

A redação do Senado previa, como condição para liberar o auxílio federal, a suspensão por 18 meses de reajustes salariais, salvo os profissionais de saúde e de segurança que estejam atuando no enfrentamento ao coronavírus. Na votação de ontem, deputados incluíram mais categorias no rol de protegidos: policiais legislativos, técnicos e peritos criminais, agentes socioeducativos, de limpeza urbana e de assistência social.

Uma outra emenda ainda contemplou profissionais da educação. Ainda tratando do mesmo tema, um destaque aprovado eliminou uma ressalva para o reajuste. A expressão “desde que diretamente envolvidos no combate à pandemia da Covid-19” foi retirada para contemplar as categorias. Em outra alteração, profissionais de defesa agropecuária foram poupados.

Desde que a proposta começou a tramitar, Maia argumentava publicamente que o congelamento de salários não precisava estar na proposta, já que nenhum gestor concederia benefícios em uma pandemia. Apesar disso, elogiou a iniciativa por considerar um gesto de responsabilidade. Quase no fim da sessão, ele desabafou ao ver os parlamentares defenderem a possibilidade de reajuste:

— Pelo jeito não era para valer o congelamento. Pelo jeito não estávamos falando sério do congelamento. Perdi meu tempo no meu discurso. Um absurdo.

NOVO CRITÉRIO DE DIVISÃO

Fontes da equipe econômica veem com apreensão as mudanças feitas pelos deputados. A inclusão do congelamento de salários foi incluída na proposta após negociação entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

A desidratação do texto levará a uma nova rodada de negociação entre o governo e o Senado. Com isso, a tendência é que a conclusão da votação atrase. Nos últimos dias, governadores e prefeitos têm alertado que, caso o socorro demore a sair do papel, terão dificuldades para pagar servidores.

A sessão chegou a ser interrompida por 30 minutos. Parlamentares tentaram incluir as modificações das categorias em uma “emenda de redação”, instrumento que serve apenas para deixar mais claro o texto apreciado. Como se tratava de uma alteração de mérito, Maia não permitiu o expediente.

Deputados também aprovaram uma nova regra de divisão do dinheiro, o número absoluto de casos de Covid-19 passa a ser considerado. Na versão anterior, as transferências seriam de acordo com a taxa de incidência, ou seja, o número de doentes em relação à população de cada estado.

A mudança, apresentada pelo partido Novo, representa uma derrota para Alcolumbre, que foi o relator da proposta aprovada pelos senadores no último fim de semana. Com o novo critério de distribuição, o volume de repasses ao Amapá — estado de Alcolumbre — foi reduzido de R\$ 520,6 milhões para R\$ 218,5 milhões, segundo cálculos do Novo. Já o estado de São Paulo terá direito a cerca de R\$ 700 milhões a mais do que no texto anterior e receberá R\$ 8,4 bilhões. A ajuda para o Rio sobe em cerca de R\$ 180 milhões, para R\$ 2,6 bilhões.

— Bem mais justo — diz o deputado Paulo Ganime (Novo-RJ).

Cálculo da Consultoria de Orçamento da Câmara mostra que, considerando só os R\$ 10 bilhões destinados exclusivamente para a saúde, Sul e Sudeste serão beneficiados com quase R\$ 1 bilhão a mais.

Do total do auxílio, a proposta prevê repasse de R\$ 60 bilhões aos governos locais por quatro meses. Outros R\$ 60 bilhões são referentes à suspensão de dívidas com a União, bancos públicos e instituições financeiras internacionais.

O projeto começou a ser debatido no Congresso no início de abril. Há três semanas, foi aprovado na Câmara, com previsão de compensação das perdas de arrecadação de estados e municípios. A equipe econômica estava insatisfeita com o montante aprovado pelos deputados, que caracterizava como um “cheque em branco”.

“Pelo jeito não era para valer o congelamento. Pelo jeito não estávamos falando sério do congelamento. Perdi meu tempo no meu discurso. Um absurdo”

Rodrigo Maia (DEM-RJ),

presidente da Câmara dos Deputados

“Bem mais justo”

Fitch coloca nota do Brasil em perspectiva negativa

Agência cita cenário econômico e incerteza política. 'Rating' é mantido em 'BB-', mas mudança pode levar a rebaixamento

O Globo · 6 maio 2020 · NOVA YORK E RIO

A agência de classificação de risco Fitch Ratings revisou ontem de “estável” para “negativa” a perspectiva para a nota de crédito soberano do Brasil, citando a deterioração do cenário econômico e fiscal do país e renovada incerteza política. O rating soberano permanece em “BB-”, mas a mudança de perspectiva sinaliza um possível rebaixamento à frente.

A Fitch citou ainda dúvidas sobre a duração e intensidade da disseminação do coronavírus no Brasil.

A agência projeta que o PIB brasileiro terá uma retração de 4% este ano, para registrar crescimento de 3% em 2021.

O comunicado da Fitch aponta como alguns dos principais motivos para a piora da perspectiva as “tensões entre o Executivo e o Congresso” e a demissão de Sergio Moro.

“O ambiente político é marcado pela volátil relação entre o Executivo e o Congresso, que foi potencializada nas últimas semanas pela demissão de um ministro da Justiça importante (...) e suas acusações de que o presidente Bolsonaro estaria interferindo politicamente na Polícia Federal”, escreveram os analistas da Fitch, acrescentando que essa instabilidade pode prejudicar a aprovação de reformas no futuro.

Perspectivas negativas indicam que alguns gatilhos podem levar a rebaixamentos já no curto prazo. A Fitch citou, por exemplo, que eventuais piora fiscal, salto abrupto do endividamento público ou choque político severo podem precipitar a redução da nota brasileira.

A ação da Fitch segue a que já havia sido tomada pela Standard and Poor's. No começo de abril, a S&P mudou de “positiva” para “estável” a perspectiva para a nota do Brasil, alegando que haverá piora na situação econômica e fiscal do país por causa da pandemia de coronavírus. Mas manteve a nota em “BB-”, nível já considerado especulativo.

Também no mês passado, outra das três principais agências de rating, a Moody's, anunciou que estava mantendo a perspectiva da nota do Brasil em “estável” alegando que o aumento do déficit esperado por causa do coronavírus será temporário. Desde abril de 2018 a Moody's não muda a perspectiva para a nota brasileira.

Câmara muda critério de divisão do auxílio a Estados e Amapá perde recursos

Davi Alcolumbre, o relator do projeto no Senado, acabou privilegiando o seu Estado no texto e foi duramente criticado por senadores e deputados

Adriana Fernandes e Camila Turtelli, O Estado de S.Paulo

05 de maio de 2020 | 21h57

BRASÍLIA - De ganhador a perdedor. O **Amapá**, Estado do presidente do **Senado**, **Davi Alcolumbre (DEM)**, perdeu **R\$ 286 milhões da parcela que receberia do auxílio de R\$ 60 bilhões** que o governo fará aos Estados e municípios para o enfrentamento do **coronavírus**.

A mudança na fórmula de repartição foi uma resposta da **Câmara**, que na votação do projeto alterou a forma de divisão do dinheiro na votação do projeto da ajuda emergencial. **Dos R\$ 60 bilhões, R\$ 10 bilhões terão que usados exclusivamente em ações de saúde** – R\$ 7 bilhões para Estados e R\$ 3 bilhões para municípios.

O Amapá, que era o segundo mais beneficiado pelo projeto do Senado, foi o Estado que mais perdeu com votação desta terça-feira, 5. **A mudança da Câmara permitiu um aumento de R\$ 920 milhões** para os Estados do **Sudeste**, prejudicados pelo modelo anterior. **São Paulo** vai ficar com a maior parte do ganho: R\$ 783 milhões de reforço do caixa. **Os Estados do Norte perderam R\$ 796 milhões do repasse em relação ao texto aprovado pelo Senado.**

Com apoio do ministro da **Economia, Paulo Guedes**, Alcolumbre alterou completamente o projeto da Câmara, que agora impôs essa mudança na votação dos destaques. O projeto terá que retornar ao Senado para nova votação, o que Alcolumbre não queria.

O presidente do Senado foi o relator do projeto na Casa e acabou privilegiando o seu Estado, colocando o Amapá no topo dos mais beneficiados quando comparado pelo número de habitantes. O desenho da repartição foi criticado por deputados e senadores.

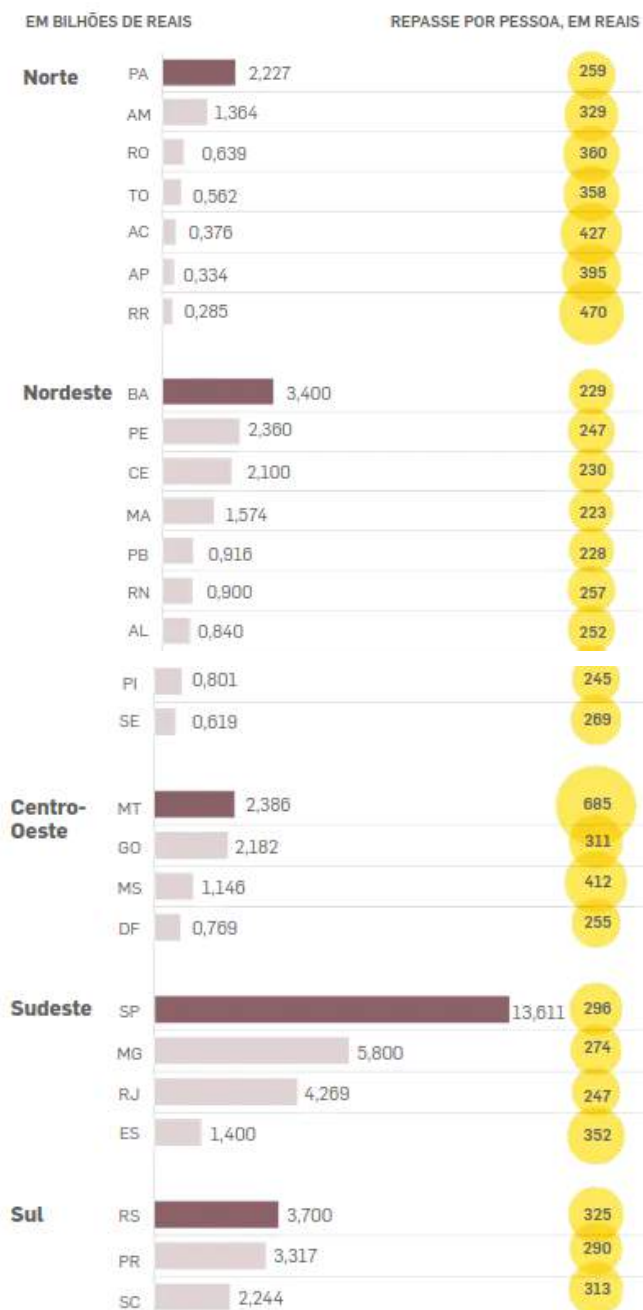
A bancada do partido **Novo** foi a responsável por apresentar a mudança ao texto-base que já tinha sido aprovado pelo plenário. O relatório mencionava quatro critérios adotados na partilha (a arrecadação de **ICMS, Fundo de Participação dos Estados**, população e **Lei Kandir**), mas não detalha a fórmula de cálculo.

O Novo apresentou destaque para instituir critérios mais justos de distribuição. Com essa alteração, **os 40% dos R\$ 7 bilhões previstos para serem rateados entre os Estados deixarão de levar em conta a proporção entre o número de casos e a população dos estados**, para serem distribuídos conforme o número absoluto de casos. Para o partido, essa mudança corrige distorções geradas pela proporcionalidade.

O Amapá, com cerca de 1.700 casos de covid-19 e 49 mortes, receberia mais recursos proporcionalmente que São Paulo, com mais de 32 mil contaminados e mais de 2.600 mortos pela doença. Isso, porque o cálculo anterior estabelecia, entre os critérios, a taxa de proporcionalidade entre população e número de casos. Na avaliação do Novo, outros Estados que estão à beira do colapso, como o **Rio de Janeiro**, também seriam prejudicados.

Socorro a Estados e municípios

No total, o repasse direto a Estados e municípios será de R\$ 60,155 bilhões, o que equivalente a R\$ 286 por pessoa



Fonte: Senado Federal e Ministério da Saúde. Elaboração: Câmara dos Deputados

ESTAJ

Até policiais legislativos escaparam do congelamento de salários em projeto de socorro a Estados

As mudanças impõem uma derrota ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e ao ministro da Economia, Paulo Guedes

Adriana Fernandes e Camila Turtelli, O Estado de S.Paulo

06 de maio de 2020 | 05h00

Atualizado 06 de maio de 2020 | 09h15

BRASÍLIA - A **Câmara** blindou na última terça-feira, 5, mais categorias de servidores públicos do congelamento dos salários **previsto no projeto de auxílio do governo federal a Estados e municípios**. A lista dos "blindados" passou a incluir de policiais legislativos (responsáveis pela segurança da Câmara e do Senado, que atualmente estão fazendo sessões virtuais) a professores.

LEIA TAMBÉM > [Câmara aprova novo texto-base da proposta de ajuda fiscal aos Estados e municípios](#)

Descontentes com a divisão do socorro de R\$ 60 bilhões, os deputados também fizeram mudanças na fórmula na repartição do dinheiro. Como houve alteração de mérito, o projeto irá retornar ao Senado para última votação, retardando o repasse do socorro para os locais afetados pelo coronavírus.

As mudanças impõem uma derrota ao presidente do Senado, **Davi Alcolumbre (DEM-AP)**, e ao ministro da Economia, Paulo Guedes. A equipe econômica defendia a votação do texto sem ampliar a lista de exceções ao congelamento para não reduzir a economia esperada nas três esferas (federal, estadual e municipal), inicialmente prevista em R\$ 130 bilhões.

Alcolumbre tinha cobrado do presidente da Câmara, **Rodrigo Maia (DEM-RJ)**, a aprovação do projeto sem alterações para agilizar o socorro. No início da votação, Maia criticou a divisão aprovada no Senado, mas defendeu a votação sem mudanças, o que não ocorreu.

Além dos militares das **Forças Armadas**, de segurança dos Estados e profissionais de saúde, os deputados salvaram do congelamento servidores das **polícias Federal e Rodoviária Federal**, agentes penitenciários federais, profissionais da limpeza pública, assistência social, guarda municipal e socioeducativos. A manutenção da possibilidade reajuste para essas categorias

mostra a força de pressão da área de segurança junto ao **Palácio do Planalto** e o **Congresso**.

Os professores também ficaram de fora e poderão receber aumentos salariais. O destaque (sugestão de alteração ao texto-base) foi proposto pelo PT e aprovado com o apoio de partidos do Centrão, como PP e PL, embora o governo tenha dado orientação para barrar a medida.

Os deputados também decidiram retirar a restrição de que esses aumentos salariais só pudessem ocorrer quando as categorias estivessem diretamente envolvidas no combate à pandemia.

O congelamento era contrapartida para a aprovação do socorro de R\$ 60 bilhões para Estados e municípios enfrentarem a doença e a perda de arrecadação com a paralisação da economia por conta do isolamento social.

Ao **Estado**, o relator do projeto na Câmara, **Pedro Paulo (DEM-RJ)** disse que a blindagem vale só para os profissionais que estarão na linha de frente da ação de combate à covid-19: “Está escrito desde que esteja diretamente na linha de frente. Quem está no combate do coronavírus. Quem está na reserva não recebe. Quem está deslocado num batalhão que não tem nenhuma atividade ligada ao coronavírus não vai receber aumento”.

A economista Ana Carla Abrão, da Oliver Wyman, criticou a mudança, considerada uma porteira aberta. O projeto diz que o uso dos recursos da União transferidos a Estados e municípios não pode ser usado para concessão de aumento de remuneração de pessoal. “Ninguém explicou que esse finalzinho é só para inglês ver? O conceito de troca de fontes, tão comum nos orçamentos públicos parece passar ao largo dos conhecimentos técnicos dos deputados”.

Câmara aprova ajuda a Estados com nova divisão e poupa categorias de congelamento

Texto ainda precisa de nova votação no Senado; no total, serão R\$ 60 bilhões em repasses diretos para governadores e prefeituras

Camila Turtelli, O Estado de S.Paulo

05 de maio de 2020 | 19h23

Atualizado 06 de maio de 2020 | 09h25

BRASÍLIA - A **Câmara** aprovou nesta terça-feira, 5, em sessão remota, o projeto que estabelece ajuda financeira da União para Estados e municípios em razão da pandemia do **coronavírus**. A votação foi concluída na madrugada desta quarta-feira, 6. Como o texto foi modificado, caberá aos senadores a última palavra sobre o projeto.

O pacote de medidas prevê repasses diretos de R\$ 60 bilhões. No entanto, o custo total estimado do programa é de cerca de R\$ 120 bilhões para a **União**, porque inclui também suspensão de dívidas dos governos regionais com bancos oficiais e o **Tesouro**.

A ideia é amenizar as perdas com queda de arrecadação de impostos, decorrentes das medidas de contenção do vírus, como o fechamento temporário de lojas e empresas.

O deputado federal Pedro Paulo (DEM-RJ). Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Um outro projeto de socorro a governadores e prefeitos já havia sido aprovado pelos deputados em 15 de abril. **No último sábado, 2, foi modificado pelo Senado.**

Como contrapartida à liberação de recursos, **o texto proíbe que os governos locais reajustem o salário de servidores públicos até 31 de dezembro de 2021.**

Inicialmente, a exceção seria para profissionais das áreas de saúde e de segurança pública diretamente envolvidos no combate à pandemia. **Outras categorias foram incluídas pela Câmara**, como policiais federais, policiais legislativos, técnicos e peritos criminais, agentes socioeducativos, profissionais de limpeza pública e assistência social envolvidos no enfrentamento da doença.

Os professores também ficaram de fora e poderão receber aumentos salariais. O destaque (sugestão de alteração ao texto-base) foi proposto pelo PT e aprovado com o apoio de partidos do Centrão, como PP e PL, embora o governo tenha dado orientação para barrar a medida.

Os deputados também decidiram retirar a restrição de que esses aumentos salariais só pudessem ocorrer quando as categorias estivessem diretamente envolvidas no combate à pandemia.

A equipe econômica esperava inicialmente cerca de R\$ 130 bilhões em economia com o congelamento de salários de servidores públicos até o fim de 2021, mas o número deve cair com o aumento de carreiras "blindadas".

Outra mudança feita pela Câmara, durante a votação dos destaques, suspende os prazos de validade dos concursos públicos homologados até o dia 20 de março. Os prazos voltam a correr após o término do período de calamidade pública, que se encerra no dia 31 de dezembro deste ano.

O relator na Câmara, deputado **Pedro Paulo (DEM-RJ)**, apresentou ainda uma emenda especificando que fica proibido o uso dos recursos da União transferidos a Estados e municípios para conceder reajuste para essas categorias. Na prática, os governos regionais que quiserem dar aumento terão de usar recursos de outra origem.

A economista Ana Carla Abrão, da Oliver Wyman, criticou a mudança, considerada uma porteira aberta. O projeto diz que o uso dos recursos da União transferidos a Estados e municípios não pode ser usado para concessão de aumento de remuneração de pessoal. “Ninguém explicou que esse finalzinho é só para inglês ver? O conceito de troca de fontes, tão comum nos orçamentos públicos parece passar ao largo dos conhecimentos técnicos dos deputados”.

Divisão dos recursos

O programa estabelece R\$ 60 bilhões de repasses da União a Estados e municípios para financiar ações de enfrentamento ao coronavírus. Cerca de R\$ 50,5 bilhões de economia estimada com a suspensão de obrigações previdenciárias e do pagamento de dívidas com a União e bancos, como **BNDES** e **Caixa**. Outros R\$ 10,6 bilhões de economia potencial com a renegociação de contratos com organismos internacionais.

Pelo texto, dos R\$ 60 bilhões previstos em repasses diretos para Estados e municípios, R\$ 10 bilhões sejam destinados a ações na área da saúde e assistência social. Desses, R\$ 7 bilhões serão repassados aos Estados. O critério de divisão será uma fórmula que considera incidência da covid-2019 (40% de peso) e população (60% de peso). Os outros R\$ 3 bilhões são destinados aos municípios. O critério de distribuição será o tamanho da população.

O rateio dos outros R\$ 50 bilhões obedecerá ao seguinte cálculo: 60% com os Estados (R\$ 30 bilhões) e 40% com os municípios (R\$ 20 bilhões).

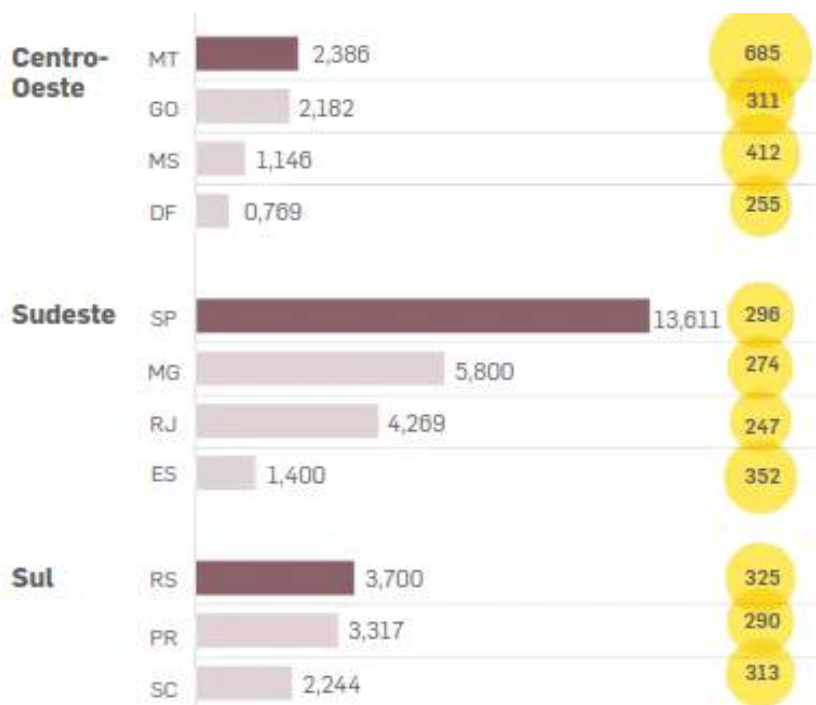
O novo critério de divisão de recursos para estados e municípios, definido pelos senadores, desagradou a alguns parlamentares – em especial os do **Sudeste**, onde os estados, proporcionalmente, receberão menos.

Segundo cálculos da **Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) da Câmara**, os Estados que mais terão repasses per capita são **Roraima** (R\$ 470 per capita) e **Acre** (R\$ 427 per capita), segundo a nova divisão aprovada pelos deputados. O **Amapá**, Estado do presidente do **Senado**, **Davi Alcolumbre (DEM-AP)**, que relatou o texto, receberia R\$ 733 per capita de acordo com a versão aprovada pelos senadores (atrás apenas de Roraima, cujo aporte por pessoa seria de R\$ 798). Com a mudança feita pelos deputados, porém, o valor por habitante caiu para R\$ 395 no Amapá. Já **São Paulo**, o Estado com o maior valor em termos absolutos (R\$ 13,6 bilhões), receberá, per capita, R\$ 296. E **Maranhão**, que terá R\$ 1,6 bilhão transferido pela União, é o que menos recebe considerando o critério per capita (R\$ 223). Os dois Estados estão entre os que enfrentam situação crítica no enfrentamento à doença no País.

Socorro a Estados e municípios

No total, o repasse direto a Estados e municípios será de R\$ 60,155 bilhões, o que equivalente a R\$ 286 por pessoa





Fonte: Senado Federal e Ministério da Saúde. Elaboração: Câmara dos Deputados

EST

Parecer

Além da emenda que incluiu outras categorias autorizadas a ter reajuste, Pedro Paulo apresentou outra emenda que inclui os cargos de assessor entre os que podem ser repostos, sem aumento de despesa, durante a pandemia. Pelo texto, os Estados e municípios ficam proibidos de admitir ou contratar pessoal no período, mas ressalva as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa.

O relator também antecipou, de dezembro de 2021 para dezembro de 2020, o fim do prazo para a suspensão dos refinanciamentos de dívidas dos municípios com a **Previdência Social**, além de determinar que a suspensão seja definida por meio de regulamentação.

Durante a sessão, Pedro Paulo reiterou diversas vezes que se tratam apenas de emendas de redação. No entanto, técnicos da Câmara avaliam, que por mudar o mérito, o texto deverá voltar ao Senado para reanálise.

Tramitação

A ajuda financeira aos Estados começou a ser discutida pelo Parlamento há mais de um mês. Um primeiro projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em abril. O conteúdo era totalmente diferente do teor aprovado nesta terça.

A proposta inicial dos deputados recompunha, durante seis meses, as perdas de estados e municípios com a arrecadação do **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, estadual)** e com o **Imposto Sobre Serviços (ISS, municipal)**.

O projeto, porém, não estabelecia nenhuma contrapartida por parte dos entes federados e recebeu críticas do governo. O episódio gerou uma troca de farpas públicas entre o presidente **Jair Bolsonaro** e o presidente da Câmara, **Rodrigo Maia (DEM-RJ)**.

Quando a proposta chegou no Senado, houve uma manobra regimental e outro projeto, de autoria do senador **Antonio Anastasia (PSDB-MG)**, foi apensada e passou a tramitar em conjunto.

A estratégia fez com que o andamento da matéria fosse reiniciado, desta vez, pelo Senado. Com isso, a Câmara passou a ser a casa legislativa revisora, ficando o Senado com a palavra final.

Isso porque, em geral, a tramitação de projetos de lei depende da autoria da proposta. Se for um deputado, começa pela Câmara, o Senado revisa, mas, se mexer, volta à Câmara antes de ir à sanção. Se for um senador, o caminho é o inverso. Começa pelo Senado, vai à Câmara e retorna para reanálise em caso de alterações.

Em seu parecer, o relator da matéria, deputado Pedro Paulo, fez críticas à proposta do Senado. Disse que preferia o trabalho feito pela Câmara.

O presidente da Câmara também foi na mesma linha e defendeu a aprovação do texto.

Ponderou que, apesar das divergências e da troca de origem da matéria para o Senado, o objetivo principal é atender os estados e municípios e fazer com que os “recursos possam chegar o mais rápido possível”.